

**COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL (CMADS)**

**11.09.2019**

**COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL (CMADS)**

**11.09.2019**

**O SR. PRESIDENTE - CAIO FRANÇA - PSB** - Senhoras e senhores, boa tarde a todos. Peço, gentilmente, que todos possam tomar assento. Havendo número regimental, declaro aberta a nona reunião ordinária da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da primeira sessão legislativa da 19ª Legislatura.

Registro, com muito prazer, a presença dos nobres deputados: deputada Monica da Bancada Ativista, deputado Luiz Fernando Teixeira, deputado Adalberto Freitas, deputado Reinaldo Alguz, deputado Dirceu Dalben, deputado Enio Tatto, aqui também presente. Só para esclarecimento, antes de iniciar, nós temos uma audiência pública aqui, eu sei que tem o interesse de diversas pessoas que estão aqui presentes, nós faremos bem rapidamente, se os colegas também, claro, ajudarem.

Temos dois itens em pauta... Três itens em pauta, se a gente conseguisse correr com os itens para, logo em seguida, iniciar a audiência pública. Solicito à secretária a leitura da Ata da reunião anterior.

**O SR. DIRCEU DALBEN - PL** - Pela ordem, presidente.

**O SR. PRESIDENTE - CAIO FRANÇA - PSB** - Pela ordem, deputado Dirceu Dalben.

**O SR. DIRCEU DALBEN - PL** - Solicito a dispensa de leitura.

**O SR. PRESIDENTE - CAIO FRANÇA - PSB** - É regimental o pedido de V. Exa., vamos à apreciação da pauta. Item 1: PL 848, de autoria do deputado Padre Afonso Lobato, que dispõe sobre a responsabilidade das empresas de reciclagem de materiais orgânicos ou inorgânicos na prevenção de danos ao meio ambiente do Estado. Foi relator o nobre deputado Dirceu Dalben, que deu seu voto favorável ao Projeto. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão. Passamos à votação: os favoráveis permaneçam como se encontram. Está aprovado o item 1.

Item 2: PL 476/19, de autoria da deputada Maria Lúcia Amary, que autoriza o poder Executivo a criar o Sistema Estadual Integrado de Gestão das Condições de Meio Ambiente de Trabalho e do Social. Foi relator o deputado Carlão Pignatari, que deu seu parecer favorável ao Projeto. Em discussão. Passamos à votação: os favoráveis permaneçam como se encontram. Está aprovado.

Item 3: requerimento da Sr. Deputada Monica da Bancada Ativista, que requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública para debater o projeto Renasce Tietê e as obras de São Bernardo, incluídos no PL 836/19. Em discussão.

**O SR. REINALDO ALGUZ - PV -** Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - CAIO FRANÇA - PSB -** Pela ordem, deputado Reinaldo Alguz.

**O SR. REINALDO ALGUZ - PV -** Eu gostaria de pedir vista.

**O SR. PRESIDENTE - CAIO FRANÇA - PSB -** É regimental o pedido de V. Exa., vistas concedidas ao deputado Reinaldo Alguz. Ainda em discussão... Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão. Perdão, foi concedida a vista, então, podemos encerrar? Encerramos aqui a pauta da audiência, passamos à audiência pública relacionada ao PL 233/18, que altera a lei 12.233 – Enio, por favor, sente-se aqui conosco... Deputado Enio Tatto –, passamos à audiência pública que discutirá o PL 233/18, que altera a lei 12.233, de 2006, que define a área de proteção e recuperação dos mananciais da Bacia Hidrográfica do Guarapiranga, de autoria do deputado Campos Machado.

O requerimento que autorizou essa audiência, nós já tivemos uma outra audiência, foi em Itapecerica da Serra, conduzida, muito bem conduzida, pelo deputado Enio Tatto, até quero fazer um agradecimento ao deputado Enio pela sua condução. O deputado Adalberto Freitas esteve presente, deputado... Teve outro deputado presente? Deputado Aprígio também esteve presente, assessorias, enfim, toda a comunidade da região, mandatários também estiveram presentes, então quero agradecer aqui, em nome da Comissão, ao deputado Enio pela sua presidência.

Neste momento, vamos iniciar a audiência em comum acordo com os deputados. Eu peço que o meu amigo, Roberto Terassi, possa, em nome inclusive do autor do Projeto,

com a deliberação dele, que ele possa, em dez minutos, se possível for, fazer a explicação do início do Projeto e em que fase nós estamos, para que em seguida a gente possa, os deputados... Estão aqui presentes também – cadê as autoridades aqui presentes? –, ao longo da audiência eu falo, mas a Cetesb está aqui presente... A Cetesb está presente com o Sr. Antonio Lima de Queiroz, representando a presidência; Sr. Ricardo Guilherme Araújo, representando a Sabesp; Sr. Amauri Pollachi, do Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê; está aqui também o Sr. Gil Scatena, que é coordenador na Secretaria Estadual do Meio Ambiente. Se tiver outras autoridades que queiram também fazer o uso da palavra depois do protocolo... O Dr. Alan, representando a Defensoria Pública, agradecer aqui também pela sua presença.

Então, para a gente poder iniciar aqui os debates, conforme combinado, o Roberto Terassi, que hoje é vice-presidente do Conselho da Região Sudoeste, por favor, meu amigo Roberto Terassi, o senhor está com a palavra. Acho que nós temos um microfone aqui, aí o senhor pode... Talvez ali naquele canto ou nesse canto.

**O SR. ROBERTO TERASSI** - Muito boa tarde a todos os presentes aqui. Cumprimentar o meu amigo Caio França, Enio Tatto e todos os demais deputados já anunciados a vocês. É muita honra para mim, na verdade, fazer essa breve apresentação de um projeto, um PL, que na verdade tem autoria do deputado Campos Machado e que também teve a participação da deputada Analice Fernandes, o PL 293/18, que se juntou ao PL 236/18. Esse Projeto nasceu na região sudoeste, onde nós temos nove municípios, basicamente: Taboão da Serra, Embu das Artes, São Lourenço da Serra, Juquitiba, Embu-Guaçu, Itapeperica da Serra, Cotia e Vargem Grande Paulista.

Eu quero aqui relembrar um pouquinho aos senhores e, com muita honra também, dizer que para mim é uma felicidade muito grande, porque nós estamos sempre atuantes nesse projeto da Guarapiranga, há 25 anos. Lembrando um pouquinho o meu amigo Enio Tatto, dia 22 de dezembro de 2005 nós tivemos, na verdade, passou por esta Casa, na véspera de Natal, esse Projeto tão importante que foi para a nossa região.

Esse PL não é uma reforma, não é uma nova lei, na verdade ele traz uma adequação às outras minutas de lei que já foram aprovadas. Então, como ele foi o primeiro e esse primeiro teve resistências, o que acontece: ali a gente enxergava uma realidade, por exemplo, a regularização dos lotes de 250 metros, e esses lotes de 250 metros a gente acabou, para não ter um embate muito grande, nós acabamos, mas a realidade já era o lote de 125 metros, que era aquele que comprava um lote e dividia com o cunhado, com o

irmão, alguma coisa parecida. Até hoje essas pessoas estão sofrendo por conta dessa regularização. Outras leis vieram já em 2009, a Lei da Billings, e depois mais três leis que vieram na sequência: Pinheiros-Pirapora, o Alto Tietê também. E hoje nós estamos pedindo aos Srs. Deputados e a Sra. Deputada uma adequação na íntegra do PL apresentado. São sete itens apresentados, extremamente importantes e que dão uma velocidade.

Nós estamos em uma Casa que produz leis. Esta Casa, na verdade, hoje, também é símbolo do Brasil e nós precisamos de uma agilidade maior. Veja que, mesmo sendo um Projeto com urgência, como foi decretado, ele está desde março tramitando aqui na Casa. Então, o quanto antes esse Projeto findar, vai ser muito importante para todas as cidades da nossa região, mas também para todos que precisam, principalmente, da regularização. Então, são tópicos de adequação que a Billings já está praticando, não tem nenhuma inovação. A gente respeita, em uma audiência pública, as falas contrárias, mas na verdade é o seguinte: é uma adequação, presidente Caio, não há nenhuma mudança, a gente tem certeza disso, as outras leis já estão sendo praticadas.

Então, eu queria aqui pedir um pouquinho mais, para também – como nós estamos com sete itens, são sete artigos, eu queria só pegar aqui para vocês – pedir a inclusão do artigo 8º. São sete itens, todos têm conhecimento pleno desses sete itens. Todos, inclusive os presentes aqui. Peço a inclusão do artigo 8º, que diz o seguinte: Na nossa visão, do consulte que nós fizemos, fica revogado o artigo 69 da lei 12.233/06. Por que isso? Porque, na verdade, o que diz o artigo 69? “A regularização e o licenciamento de empreendimentos, uso e atividades da APRM-G mediante compensação dependerá da anuência prévia do Subcomitê Cotia-Guarapiranga.”

Vejam, senhores, qual é a justificativa para a revogação desse item tão importante? O princípio de dar agilidade aos licenciamentos e atividades, uma vez que o subcomitê encontra-se inoperante, sequer empossados seus titulares e suplentes no biênio em vigor. E mais, deixou de ser deliberativo em seu novo estatuto, de 2015. Então, isso trava, na verdade. Se nós estamos aqui querendo dar agilidade, Enio, é muito importante a atenção dos Srs. Deputados, principalmente você, que lá ajudou na lei, agora ajuda também nesse PL. É muito importante que a gente faça essa revogação para que não saia, depois, dos órgãos de aprovação e pare lá no subcomitê porque ele não existe. Ele está morto, só falta enterrar, entendeu? Então, nós queremos revigorar isso, sem sombra de dúvida.

É importante, mas aí é um outro Projeto que nós precisamos apresentar nesta Casa, para que a gente agora crie a independência dos subcomitês. O Subcomitê Cotia-

Guarapiranga vira um Comitê Cotia-Guarapiranga, a Billings também, porque são leis específicas, e nós já temos essa lei elaborada pelos senhores, aprovada pelos senhores, e que será de uma importância muito grande, porque nós temos o Pinheiros-Pirapora. Ou seja, dar independência para os subcomitês, para que eles discutam com a sua sociedade local e tragam benefícios não só na regularização, mas na ocupação.

Eu quero finalizar a minha fala dizendo para vocês o seguinte: hoje nós estamos na Casa de Leis e aqui nós estamos discutindo o quê? Leis! E leis que interessam para quem? Para os legais! E quem preserva o Meio Ambiente, seja aqui no estado de São Paulo ou no Brasil? São os legais. E quem destrói o Meio Ambiente? São os ilegais, que não querem saber de aprovação de Prefeitura, que não querem saber de aprovação, e nós sabemos como é que está a destruição lá. Essa lei, hoje, graças a Deus, depois de 13 anos da sua edição, ela gerou, só na nossa região, mais de 70 mil empregos e preservou mais de 50% das áreas ocupadas, então ela trouxe um benefício muito grande. Portanto, encerro a minha fala aqui, pedindo aos Srs. Deputados que façam, com a maior brevidade possível, a aprovação desse PL na íntegra, acrescentando esse artigo 8º. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE - CAIO FRANÇA - PSB** - Agradecendo aqui, então, ao amigo Roberto Terassi, que nesse momento falou aqui como o Cosud, da região sudoeste, agradecer a apresentação. Eu quero pedir aqui – nós estamos com uma lista de pessoas para poder se inscrever –, vou pedir ao... Pedir ao Carlão, que tem uma apresentação feita aqui em PowerPoint e está autorizado pela Comissão para poder apresentar, que ele possa apresentar aqui a sua exposição. Ele é estudante, ajudou na legislação anterior, me contou o deputado Enio, junto com ele, na legislação anterior, ele ajudou a redigir a lei. Hoje está fazendo engenharia e o seu mestrado é também sobre esse assunto, portanto, peço que o Carlão possa fazer o uso da palavra.

Em sequência, Cetesb, Sabesp... e aí, por consequência, nós vamos abrir aqui para que os movimentos, enfim, de moradia, movimentos ligados à questão ambiental possam se pronunciar também. Então, antes de passar a palavra ao Carlão, vou fazer aqui o anúncio do Sr. Carlos Oliveira, representando a deputada Marina Helou, e também uma justificativa de ausência da deputada Márcia Lia. Carlão, por favor.

**O SR. CARLOS ALBERTO** - Bom, pode passar já, quem é que está passando aí?

**O SR. PRESIDENTE - CAIO FRANÇA - PSB** - Carlão, são cinco minutos, se for possível, o.k.?

**O SR. CARLOS ALBERTO** - Sim, vou tentar ser rápido. Bom, sou Carlos Alberto, sou morador de Embu-Guaçu, a cidade 100% manancial, 100% Guarapiranga, sou arquiteto, atualmente sou mestrando pela Universidade Federal do ABC, e coincidentemente a minha coorientadora está aqui, a Luciana Travassos. Pode passar. Bom – ué, o que aconteceu? Deu pane aí? Voltou. Ah, bom, pode passar. Desconta aí, viu, deputado, deu pane ali –, bom, o PL 233/18, são algumas adequações na lei da Guarapiranga. Nós que somos técnicos, eu que sou arquiteto e trabalho com licenciamento ambiental, sabemos que tem alguns entraves na lei.

Então, a lei tem 13 anos aí que está em existência e são, praticamente, nem duas folhas, pedindo uma certa adequação. A discussão da lei foi de 1997 praticamente a 2007, dez anos, desde a fundação do subcomitê até o seu decreto. O lote de 125 já estava no Projeto de lei nas áreas urbanas, que é o lote típico da área da periferia, e assim por diante. O que eu quero dizer, que eu acho que precisa estar nesse Projeto de lei, é a questão da permeabilidade, compensação ambiental da permeabilidade nas áreas urbanas, porque tudo tem compensação ambiental, se construir um pouco a mais tem uma compensação ambiental, financeira... Só que a permeabilidade não tem. Próximo.

Então eu separei algumas imagens aqui, por exemplo, aqui é Embu-Guaçu, ali tem o hipermercado, a própria Câmara Municipal de Embu-Guaçu, e eu poderia citar outros aqui, até o Fórum de Embu-Guaçu não tem área permeável. Próximo. Aqui é o shopping de Itapeperica da Serra, eu coloquei ali a área em amarelo, e aqui é a própria Câmara de Itapeperica. Eu separei hoje, de manhã cedo, em menos de cinco minutos, algumas áreas que não têm área permeável. E a Cetesb ela fala: “Não tem compensação ambiental para área permeável”, então, eu penso assim, foram 13 anos para a gente mudar alguma coisa nessa lei, então já tem que tentar mudar já, porque senão nós vamos levar mais 13 anos para tentar fazer mais outra alteração. Próximo.

Aqui é Embu das Artes, aquele... Aqui é uma padaria em frente ao terminal rodoviário. A quadra inteira não tem área permeável. Então, toda a área urbana tem uma dificuldade de área permeável e quem trabalha com licenciamento, eu estou vendo aqui o arquiteto Nelson, da prefeitura de Embu, estou vendo alguns colegas que sabem que isso pega, que trava, não é? E aí o cara vai derrubar, então que vá comprar uma área verde para preservar, a troco dessa área permeável. Próximo.

Então... Bom, próximo, pode passar. Então, esse é um trabalho que eu fiz de geoprocessamento pegando a imagem de satélite de 2006, quando foi aprovada a lei, e em 2011, cinco anos depois, esses pontos vermelhos são equivalentes ao desmatamento na Guarapiranga em cinco anos. Equivalente a três vezes o município de Taboão da Serra, equivalente a 10% do desmatamento da área total da bacia. Próximo. Então, o que acontece? A minha crítica, deputados da Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa, é que a lei tem alguns instrumentos de planejamento de gestão que não foram colocados em prática ainda, essa é uma discussão. Um deles é o Sistema Gerencial de Informações, o geoprocessamento, que deveria ter o escritório regional da agência de bacia e deveria haver a fiscalização integrada nesse escritório regional que deveria ter esse trabalho de geoprocessamento, ou seja, os instrumentos de planejamento de gestão não estão sendo aplicados. Próximo.

Se não tem instrumento de planejamento de gestão... O escritório de planejamento regional era para ter sido implantado em 2008; o decreto de 2007 pediu 12 meses, mas não foi feito o escritório de planejamento regional. O subcomitê, dito aqui pelo Terassi, está inoperante, e eu sou contrário, eu acho que tem que reativar o subcomitê, porque o subcomitê tem as prefeituras locais, tem a sociedade civil local, tem a secretaria de Estado; eu fui vice-presidente do subcomitê e sei que lá está a discussão local. Na minha opinião, tem que reativar esse subcomitê, ele é de extrema importância para a gestão compartilhada e a arena de discussão da bacia. Então, peço isso aos nobres deputados. Próximo.

Bom, aqui é a Região Metropolitana de São Paulo, que é conhecida como o Alto Tietê. Alguém vai falar sobre o Alto Tietê e eu quero que já dê essa resposta: por que não reativam os subcomitês? Se é sociedade civil, eu acho que é mal divulgado, eu acho que é muita burocracia para a sociedade civil se cadastrar, então tem alguns entraves. Existe o interesse na morte do subcomitê, que há muito tempo está inoperante. Próximo. Bom, entre a lei antiga, de 1976, e a lei atual, a diferença é que a lei atual tem uma série de instrumentos e uma gestão compartilhada. Essa gestão compartilhada, que é da Lei Estadual de Recursos Hídricos, desde 1991, que é uma arena de discussão junto ao Estado, sociedade civil e Prefeitura para discutir a gestão da bacia. Próximo.

Aqui são alguns instrumentos de planejamento de gestão: o PDPA, que foi aprovado ano passado; a fiscalização integrada – parece que no final do ano passado, depois de 13 anos, ela foi início de discussão; a compensação financeira, viu, deputado presidente? Existe uma lei aprovada nesta Assembleia Legislativa, a 9.146/95, que trata



da compensação financeira para os municípios e mananciais. Há 20 e tantos anos não é regulamentada essa lei. Então, o que acontece: o Estado vai lá e enfia a faca no pescoço do Município para preservar a água, mas, em contrapartida, não dá um centavo para a nossa região. E aqui o colegiado, que eu já falei do subcomitê; o órgão técnico da agência regional também não está funcionando e assim por diante. Próximo.

Bom, aqui os instrumentos de planejamento de gestão que não estão sendo implantados e, justamente, o meu trabalho de pesquisa de mestrado é sobre a gestão da bacia. O título da minha pesquisa é “Guarapiranga, a bacia desgovernada?”, é uma pergunta. Do jeito que está, a impressão que dá é que está desgovernada, porque aquilo que não tem gestão, está desgovernado. Então, a Bacia da Guarapiranga tem uma hipótese de que está desgovernada. A lei é muito boa, tem bons instrumentos, havia uma falsa expectativa de que as coisas iam melhorar depois 2006, mas infelizmente muita coisa não foi feita. Aqui os objetivos da lei, uma série de coisas importantes, a questão da adaptação, a questão do transporte, gestão participativa descentralizada, que não é o que está acontecendo, e assim por diante; promover a educação ambiental e uma série de coisas, dos objetivos da lei, não está sendo cumpridas. Próximo.

Outra questão é a carga meta. Na lei está dizendo 147 quilos/dia de fósforo, isso é uma outra coisa que tinha uma meta de 2006 até 2015 e agora a gente leu o PDPA – está aqui o Ricardo Araújo, que é o nosso especialista em PDPA – e já se fala em 300 e tantos sobre a carga meta. Ou seja, a represa não mudou, a represa é a mesma, então antes ela aguentava 147 quilos e agora ela aguenta quase 400? Próximo. Aqui são alguns pontos em verde que precisam melhorar e a questão da coleta de esgoto. Próximo. O PDPA – isso eu tirei do último PDPA – fala em 300, 600, ou seja, a meta em 2015 era 147. Próximo.

Ali tem a bacia do rio Embu-Mirim, aqui embaixo a bacia do Embu-Guaçu; 97% da água da Guarapiranga sai dos municípios de Itapeceira, Embu e Embu-Guaçu, os três municípios que mantêm a represa com água, e os estudos diziam que quem polui a represa, praticamente, são alguns córregos do município de São Paulo. Então essa é uma realidade. Próxima. Poucos monitoramentos de água. A Cetesb, Sabesp...

**O SR. PRESIDENTE - CAIO FRANÇA - PSB** - Para concluir, Carlão, para concluir.

**O SR. CARLOS ALBERTO** - Próximo. Estou sendo bem rápido mesmo. Então, a questão da sustentabilidade na bacia, a questão ambiental, a questão social e a questão econômica, elas estão todas capengas. Da questão ambiental eu já falei, questão social, rapidamente – próximo –, a questão social é esta: é um bolsão de pobreza a bacia do Guarapiranga. A primeira vez que eu ouvi esse termo foi com o Ricardo Araújo. Boa parte da população pobre que mora nessa região atravessa a Região Metropolitana para trabalhar, haja vista que 70% dos empregos estão na capital de São Paulo. Então, a questão econômica da região precisa ser discutida. Próximo. A questão do emprego na região, cidade dormitório, está ali também. Próximo.

E aí é o que eu falo: três horas para chegar ao trabalho, três horas para voltar, seis horas dentro do transporte coletivo, é isso que a população da região vive, praticamente um quarto do dia dentro do transporte público sofrendo para poder ganhar o seu pão de cada dia e, muitas vezes, deputado Caio França, é rejeitado no emprego. Eu converso com algumas pessoas que colocam o currículo dizendo que não moram na região para conseguir emprego, depois de seis meses, quando o patrão gostou do trabalho, ele fala “Olha, eu mudei para Embu-Guaçu”, “Para Itapecerica”, então, essa é uma realidade da região, a questão da dificuldade de emprego. Próximo.

Informações recentes para finalizar: a fiscalização integrada, depois de 13 anos, começou a ser discutida no final do ano passado; os municípios se tornaram licenciadores no final do ano passado, Itapecerica, Embu, Embu-Guaçu... Quer dizer, 13 anos que o Estado demorou para dizer que o plano diretor da nossa região é compatível. Então, isso foi um atraso para a nossa região, porque muitos empreendimentos que estavam dentro da lei deixaram de estar lá na região e muita gente construiu irregularmente, pois, se não tem fiscalização e não licenciamento, o pessoal parte para a irregularidade. Próximo.

Essa audiência pública, em 2011, aqui na Assembleia, sobre a aplicabilidade da Lei da Billings e da Guarapiranga, na minha opinião, as leis são aplicáveis. Próximo. O que eu venho aqui aproveitar, e finalizando, é que se faça um seminário aqui na Assembleia, pela Comissão de Meio Ambiente, para discutir se os instrumentos da lei foram implantados – certo deputado? – e a gestão compartilhada da bacia, porque o que tem de importante nessa lei é a gestão compartilhada e ela não está funcionando, alguém está centralizando esse poder para o Comitê do Alto Tietê. Próximo. Então, para encerrar, eu vou dizer a frase que eu sempre gosto de dizer: A gente tem que sonhar, senão as coisas não acontecem. Obrigado pelo espaço.

**O SR. PRESIDENTE - CAIO FRANÇA - PSB** - Agradecer aqui, agradecer ao Carlão, que expôs aqui. Eu vou, só para explicar, nós temos aqui o protocolo das pessoas que querem se inscrever para poder fazer o uso da palavra, então, está aqui à minha direita. Portanto, aqueles que quiserem se inscrever para poder fazer o uso da palavra, nós vamos tentar aqui criar um critério de cinco minutos, que eu acho que é o tempo suficiente. Claro que nós somos... Nós compreendemos quando tem uma apresentação assim nesse nível aqui para poder ampliar, se for o caso.

Eu vou passar a palavra aqui à deputada Monica, que vai fazer o uso da palavra. Ela tem outros compromissos, terá outra pessoa que vai representá-la, mas a Monica falará. Em seguida, temos aqui já inscritos o Sr. Ricardo Araújo, da Sabesp e o Sr. Amauri Pollachi. Então, a inscrição está aqui à minha direita. Com a palavra, deputada Monica.

**A SRA. MONICA DA BANCADA ATIVISTA - PSOL** - Boa tarde a todas, todos. Esse é um Projeto bastante delicado. Quero inclusive tratar aqui publicamente da dificuldade de se posicionar e do cuidado que o nosso mandato vai ter diante dessa proposta. Nós ainda não definimos posicionamento, eu quero aqui explicitar que há muitas coisas em questão que para a gente são muito caras e que deveriam ser muito caras. O problema de moradia e de regularização fundiária é um problema da falta de planejamento urbano do estado de São Paulo, e têm toda a minha solidariedade os moradores da região que buscam a escritura das suas casas e que querem regularizar a condição de moradia.

Eu, como ativista do Meio Ambiente, não acredito no Meio Ambiente sem gente, mas daí a gente tem que revisar muitas das nossas legislações ambientais. Eu concordo que boa parte delas ainda é obsoleta e parte de um princípio que as pessoas têm que viver em um canto e o Meio Ambiente tem que ficar isolado no outro, e a gente não consegue chegar em um lugar em que as pessoas vivam de forma menos danosa ao Meio Ambiente. A legislação brasileira é a mais retrógrada do mundo, ela cria situações tão complexas como essa, mas também, por exemplo, a situação dos indígenas, que são excluídos da sua vida ancestral, que não podem caçar nos seus territórios. A legislação, por exemplo, que cria Parque Estadual, senhores, trata os caiçaras de Jureia como cárcere privado, eles não podem entrar e sair do seu território. O Governo do Estado de São Paulo construiu muros em torno de uma área de Parque Estadual que tem população tradicional vivendo naquela região, como se eles ficassem eternamente obrigados a não sair do território e viver apenas dentro da floresta.

Então, eu concordo que tem muita coisa que a gente precisa rever, estudar, tem aqui a minha solidariedade, mas também é muito complexo, como explicou o Carlão – e eu gostaria muito, Carlão, que você enviasse ao nosso gabinete a sua apresentação –, que dificilmente a gente consegue manter as metas de proteção ambiental, os programas e a legislação já vigente, por isso a gente precisa ser muito cuidadosa na alteração desse projeto. Quero dizer a todos vocês que, às vezes, a gente parece estar obstruindo, mas nesse momento a gente está mesmo estudando e eu quero contar com o apoio.

Estamos abertos, nosso gabinete está aberto, nosso mandato vai continuar aqui e nós estamos abertos a ouvir e conversar com todos e todas sobre essa temática, porque nós estamos solidários, mas também sabemos o tamanho da importância da região para a preservação da água aqui do Alto Tietê e da Região Metropolitana. Então, eu vou sair porque eu tenho CCJ, peço desculpas mesmo, o calendário da Casa bateu, mas nosso mandato segue aqui e eu estou à disposição para a gente continuar debatendo, obrigada gente.

**O SR. PRESIDENTE - CAIO FRANÇA - PSB** - Agradecer à deputada Monica. Dando sequência à lista de inscritos, já temos inscritos. Então, nós vamos ouvir agora o Sr. Ricardo Araújo, representando a Sabesp. Estão inscritos aqui o Sr. Avanilson Araújo, da Luta Popular, Mauro Scarpinatti, Sr. Cesar Pegoraro, Isaac Souza e Wilton Giglio são os inscritos já, além do Sr. Amauri Pollachi também, conforme eu já havia antecipado. Por favor, Sr. Ricardo Guilherme Araújo, representante da Sabesp, da assessoria da diretoria metropolitana.

**O SR. RICARDO GUILHERME DE ARAÚJO** - Boa tarde a todos, boa tarde aos Srs. Deputados, aos amigos aqui presentes, muitos eu conheço...

**O SR. PRESIDENTE - CAIO FRANÇA - PSB** - Melhorar o som aqui, só um minuto, Dr. Ricardo, o som não está bom aqui. Tenta novamente... Acho que vai. Agora vai.

**O SR. RICARDO GUILHERME DE ARAÚJO** - Alô!

**O SR. PRESIDENTE - CAIO FRANÇA - PSB** - Aí, agora vai.

**O SR. RICARDO GUILHERME DE ARAÚJO** - Bom, boa tarde Srs. Deputados, boa tarde aos amigos que estão aqui presentes e também às pessoas que eu não conheço. Eu vou ser rápido, ser breve, mas eu gostaria de iniciar lembrando até um pouco da minha trajetória pessoal: em 2006, fui eu que encaminhei para o Governo do Estado, em uma audiência pública aqui na Assembleia, a defesa do Projeto que virou a lei específica do Guarapiranga. Então, esse é um assunto ao qual estou ligado há muito tempo. Eu fiz parte da coordenação do programa Guarapiranga na década de 1990, estive ligado ao Programa Mananciais posteriormente e, de certa maneira, para mim é uma oportunidade e uma honra o convite para estar aqui presente.

Como é que a Sabesp entende o Projeto, particularmente, em relação a dois pontos: as adequações, depois de 13 anos de lei, como, por exemplo, a questão do lote mínimo, e a questão da regularização fundiária. Do ponto de vista das adequações necessárias, nós não temos absolutamente nada a objetar. A realidade urbana da bacia se expõe. Em relação à questão da regularização, eu gostaria de me estender só um pouco mais: é uma meta da Sabesp a universalização da prestação de serviços de saneamento, abastecimento de água e esgotamento sanitário, e o nosso entendimento – eu não falo apenas da diretoria da Sabesp, o entendimento dos técnicos da empresa – é de que essa meta se aplica a todos, absolutamente todos. Não diz respeito apenas ao lado formal, ao lado regularizado da cidade, diz respeito a todos, inclusive, e mais ainda principalmente àqueles que ainda não obtiveram regularização dos seus loteamentos e de suas propriedades.

Para nós, é importante a formalização urbana, e a meta só será realmente realizada, a meta de universalização, se ninguém for deixado para trás. Existe uma máxima que é adotada pela Organização das Nações Unidas, que é voz corrente entre os técnicos da Sabesp hoje em dia, de que ninguém será deixado para trás, em inglês, no one left behind; isso, para nós, é muito importante. A única, talvez, observação que eu faria é que nós nos sentiríamos mais confortáveis, inclusive do ponto de vista jurídico, se a data de corte da regularização fosse aquela adotada na lei federal. Evidentemente, fica a critério da Assembleia Legislativa fazê-lo, é um entendimento nosso, mas, de maneira geral, nós achamos que a iniciativa é oportuna.

Eu, particularmente, que lido com a questão dos mananciais, sei de toda a sua complexidade. Fui o redator da última proposta de PDPA elaborada no ano passado – Carlão, você não leu direito a questão da carga meta, mas a gente se entende depois, eu não escrevi aquilo –, eu reconheço, no entanto, que a Guarapiranga, com quase um milhão de habitantes, existe um pouco mais de um milhão de habitantes na Billings, dois milhões

de habitantes nessas bacias, é uma população maior que a da cidade de Porto Alegre, maior que a da cidade de Recife, com condições de renda seguramente piores. Essas áreas precisam de muita atenção e, sobretudo, e certamente, a questão da regularização, que é uma elevação das pessoas a uma condição básica de cidadania. Eu acho que é absolutamente indispensável. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE - CAIO FRANÇA - PSB** - Agradecer aqui ao Sr. Ricardo. Claro que se for preciso em algum momento fazer uma nova intervenção da Sabesp, a gente também abre essa possibilidade. Dando sequência à lista de inscritos, quero chamar o Sr. Avanilson Araújo, da Luta Popular, advogado do Jardim União Varginha.

**O SR. AVANILSON ARAÚJO** - Boa tarde a todos e todas. Eu queria agradecer o espaço, sou militante e dirigente do movimento Luta Popular, que organiza lutas no território de oito estados do País, atualmente. A gente tem um trabalho aqui na zona sul de São Paulo e se defrontou com esse problema, a problemática da questão das represas. Eu aqui, também falando em nome dos companheiros e companheiras do Jardim da União, queria saudar inclusive a presença do pessoal do Grajaú, do Varginha, que estão aqui... E basicamente o nosso slogan é esse que está na faixa ali que vocês estão vendo: Meio Ambiente com moradia digna.

Eu acho que a deputada Monica e o próprio Ricardo, da Sabesp, falaram isso aqui: a gente não pode pensar Meio Ambiente sem as pessoas que vivem e reproduzem a sua vida no Meio Ambiente. Talvez o setor popular seja aquele que mais necessita do Meio Ambiente saudável. O fato é que hoje existe a consolidação de milhares de famílias – não é só a nossa ocupação, que tem que cerca 600 famílias, para dar um exemplo –, que, ao longo dos anos, por conta da falta de uma política pública organizada e planejada, infelizmente são espremidas, cada vez mais, para a periferia das grandes cidades.

Não é só na zona sul, na zona leste também acontece isso e em outras regiões da Região Metropolitana de São Paulo. A gente está aqui para reivindicar, na verdade, duas questões, para ser bem objetivo, que são fundamentais. Eu acho que o Ricardo, da Sabesp, falou um tema aqui que é importante para a gente: infelizmente, hoje, mesmo com a proposta de alteração da lei, a gente não está mexendo com a alteração do Marco Temporal daqueles núcleos urbanos que já estão consolidados.

Na nossa avaliação, mesmo a lei federal não vai resolver totalmente o problema, porque, de fato, a situação de vida das pessoas – com essa questão da crise econômica e

do desemprego – vai continuar. Inclusive, a gente está em um momento muito parecido com a década de 1980 aqui em São Paulo, em que se expandem as ocupações irregulares por conta da própria crise econômica. Então, esse Marco Temporal já está na avaliação do movimento popular, ele já é insuficiente – esse de dezembro de 2016 –, mas infelizmente a proposta de alteração, deputados, não tratou disso.

Então, a gente queria propor aqui, em nome do Movimento, em nome da Associação, duas questões: primeiro, que os deputados apresentassem uma emenda ao Projeto para alterar o artigo 44 do PL 233/18, para demarcar como Área 1 todas as ocupações que já estão consolidadas, mas a partir de um critério, porque a gente sabe que tem especulação imobiliária e loteamento irregular. Agora, tem famílias – milhares de famílias, inclusive –, que, por falta de opção, organizaram sua vida em ocupações irregulares e estão consolidadas.

Então, a nossa primeira reivindicação é alterar o artigo 44 do Projeto para demarcar como Área 1 as ocupações irregulares que já estão consolidadas, mas a partir de um critério, que é um estudo técnico-ambiental da viabilidade dessas áreas, por exemplo, no caso do Jardim da União, a gente tem, a partir de um estudo inclusive da FAU, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. E que isso não seja impeditivo a partir do Marco Legal, ou seja, que se adote como Marco Legal a aprovação da nova legislação ou da alteração da legislação da atual Lei da Guarapiranga.

Então, essa é a reivindicação nossa, que não é só da ocupação do Jardim da União, do Anchieta e de várias outras ocupações; e não só ocupações desorganizadas, mas famílias que já estão consolidadas na região. São milhares de famílias que... Eu acho que a gente tem que mexer na interpretação legal para que ela se adapte. De um lado, que tenha restrições, nós somos a favor de ter restrições aos novos empreendimentos, mas que a gente lide com o olhar da realidade para aquilo que já está consolidado e que vai interferir na vida de milhões de famílias, porque, se a gente for pensar hoje, se a lei, do jeito que está, for levada a ferro e fogo, serão milhares de remoções, que poderão ter inclusive um impacto ambiental e social maior do que a alteração da lei que a gente está propondo.

Então, essa é a reivindicação que eu trago aqui em nome do movimento Luta Popular e também dos moradores da ocupação Jardim da União e de outros moradores lá da região da zona sul. Meio Ambiente, mas com moradia digna para o povo pobre trabalhador da periferia! Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE - CAIO FRANÇA - PSB** - Agradecer então aqui ao Avanilson, representando o movimento Luta Popular. Quero convidar então... Antes disso, só fazer um anúncio aqui da presença do vereador Ronaldo Cepacol, de Itapecerica da Serra, agradeço, vereador. Agradecer também ao secretário municipal de Meio Ambiente de Itapecerica da Serra, Sr. Juninho Silvestre, agradeço, Juninho, pela sua presença. Dando continuidade aqui, gostaria de convidar o Sr. Amauri Pollachi, do Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê.

**O SR. AMAURI POLLACHI** - Boa tarde a todos e a todas. Boa tarde aos integrantes da Comissão, em nome do deputado Caio França. Aqui represento, como qualidade de vice-presidente do comitê, represento a Bacia Hidrográfica do Alto Tietê e quero marcar também, de uma forma importante aqui, a necessidade de se reconhecer o protagonismo desse comitê dentro da legislação de mananciais.

Foi nesse comitê que nasceu a proposta de... A minuta de anteprojeto de lei que resultou tanto na Lei da Guarapiranga quanto na Lei da Billings, na do Alto Juquery, na do Alto Tietê-Cabeceiras e na do Alto Cotia. As cinco legislações tiveram nascimento no berço do Comitê do Alto Tietê. Em seguida, o comitê encaminhou isso ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos, encaminhou essas minutas de anteprojeto, que ouviu o Consema, ouviu o Conselho de Desenvolvimento Metropolitano de São Paulo e, a partir daí, o CRH, Conselho Estadual de Recursos Hídricos, encaminhou essas minutas de anteprojeto ao Governo do Estado, que, por sua vez, encaminhou à Assembleia Legislativa.

Esse rito não é um rito aleatório, não é um rito qualquer. Ele foi definido no artigo 4º da lei número 9.866 de 1997, que foi aprovada aqui nesta Casa em 1997 e criou um marco referencial para a elaboração dessas leis específicas de mananciais no estado de São Paulo. Não é só aqui na Bacia do Alto Tietê, na Região Metropolitana de São Paulo, que se discute isso, está em discussão – talvez aí para chegar nos próximos meses aqui nesta Casa – a proposta do Comitê do Ribeira de Iguape de criar uma regulação específica para a Bacia do Alto Juquiá, que hoje é um manancial utilizado pela Sabesp para a transferência de água pelo sistema São Lourenço.

Então, existe esse rito, existe essa questão, que eu estou levantando aqui para que a gente considere nessa tramitação, nessa discussão, o posicionamento do Comitê do Alto Tietê. Nós soubemos, a partir do momento que soubemos da tramitação dessa proposta de lei – isso foi recentemente, não tivemos conhecimento disso, senão há pouco mais de



um mês –, nós discutimos alternativas ou aperfeiçoamentos possíveis ante esse Projeto de lei. Evidentemente, nós temos consciência de que é importante aliar a moradia digna com a preservação ambiental, como foi dito aqui antes pelo Avanilson.

É algo que é importante, é fundamental, mas nós temos que buscar também a perenidade desse manancial, que hoje abastece, no mínimo, três milhões e meio de pessoas da Região Metropolitana de São Paulo. Nós não podemos correr o risco de perder um manancial dentro de uma área que até bem pouco tempo, e todos se lembram, passou por uma crise hídrica absolutamente severa, porque aquele manancial que nos dava água, quase metade da população, ficou praticamente seco, que foi o manancial do Cantareira.

Então, isso aconteceu há cinco anos e nada impede que isso possa já estar em curso, uma nova crise hídrica possa estar em curso novamente. Perder um manancial como o Guarapiranga ou correr o risco de perder um manancial como o Guarapiranga é impensável dentro de uma condição de promover vida digna para 20 milhões de pessoas, 21 milhões de pessoas que vivem aqui na Região Metropolitana de São Paulo. Nós entendemos claramente que é necessário prover a moradia, mas nunca em detrimento da vida de um contingente muito maior de pessoas, que é o que existe aqui.

Eu queria lembrar o seguinte: foi citada aqui a questão de subcomitês e papel de subcomitês, queria destacar que nessa nossa gestão, que foi iniciada há três meses, um pouco mais de três meses, nós priorizamos a revisão do papel dos subcomitês, que realmente estão desativados. Eles eram importantes para quem trabalhou nisso anteriormente, importante como câmaras de discussão regionais, mas com a criação dos Consuds, com a criação dos Consórcios Intermunicipais, o papel de protagonismo do subcomitê se reduziu. Então nós precisamos achar outra forma de atuar numa estância regional e trazer as discussões a respeito dos recursos hídricos.

Eu queria discutir também um pouco com vocês exatamente os termos da legislação proposta aqui, do PL 233, ao qual foi apensado o outro projeto, PL 296, se não me falha, da deputada Analice Fernandes. Queria destacar o seguinte: existem artigos que, a nosso ver – do Comitê do Alto Tietê –, são adequados. É até uma discussão que nós fizemos há alguns anos de revisão da própria Lei da Guarapiranga e da Lei da Billings. Então, quando se fala em introduzir um conceito de cota-parte, é importante, sim, e a proposta que nós vamos fazer é no sentido de aproveitar o conceito de cota-parte que está proposto nas outras legislações que sucederam a da Guarapiranga.

Da mesma forma, também, algo que nós propomos como uma introdução é colocar um conceito de taxa de permeabilidade, ao invés de índice de impermeabilização,

algo que também, nas outras leis, já está contemplado. Destacando um ponto que a nosso ver tem sérios problemas, é com relação... Concordamos, acreditamos que é importante uniformizar a questão do lote mínimo de 125 metros quadrados, até porque você tem, no município de São Paulo, ruas que de um lado são Guarapiranga, do outro lado Billings, onde se aplicam legislações diferentes no mesmo espaço territorial. Então, não há sentido em se fazer algo diferente do que é praticado nas outras leis.

No entanto, acreditamos fundamental que seja preservada a data de promulgação da lei com o Marco Temporal. Então, a promulgação foi efetuada em 2006, ela dá esse Marco Temporal para a regularização, e eu digo o seguinte: a regularização das ocupações que existem na Guarapiranga não ocorreu até hoje por conta das dificuldades que os próprios municípios enfrentam; a questão de identificar essas áreas de ocupação, de assentamentos precários e de interesse social como Áreas de Recuperação Ambiental 1, a chamada Área 1, e também de elaborar os projetos de programas de recuperação e interesse social.

Para concluir, eu diria que existem pontos positivos e existem pontos que são de discordância dentro dessa legislação. Por exemplo... E a última discordância que nós queremos manifestar é com relação à alteração das áreas de restrição e ocupação. A nossa proposta é que essa alteração das áreas de restrição e ocupação seja feita com a mesma redação que foi dada na legislação posterior, ou seja, identificar na legislação que foi aprovada aqui nesta Casa, do Alto Tietê-Cabeceiras, do Alto Juquery, colocar a mesma redação. Isso pacífica e uniformiza a atuação dentro de toda a Região Metropolitana de São Paulo, dentro de toda a Bacia do Alto Tietê. Então, Srs. Deputados, senhores e senhoras presentes, a ideia é que o comitê faça uma manifestação. Nós temos uma reunião no dia 25, esperamos que nessa reunião seja possível aprovar uma manifestação formal do comitê e trazê-la a esta Casa a tempo de que possa ser levada em consideração pelos Srs. Deputados. Agradeço a todos.

**O SR. PRESIDENTE - CAIO FRANÇA - PSB** - Obrigado, Sr. Amauri Pollachi, representando o comitê. Agradeço as palavras. Dando sequência aqui a nossa lista de inscrições, eu convido o Sr. Cesar Pegoraro – perdão pela pronúncia –, da entidade SOS Mata Atlântica, que possa fazer uso da palavra também. O senhor tem cinco minutos. Eu, aqui no cronômetro, eu vou lhe avisando.

**O SR. CESAR PEGORARO** - Boa tarde a todas e todos. Vim trazer algumas questões aqui para a nossa reflexão, porque a gente hoje trata aqui de uma questão, uma lei, que diz respeito à proteção das áreas de mananciais, e a pergunta inicial que eu faço é: qual é a vocação de uma área de mananciais? Então, a gente tem uma legislação que, desde a década de 1970, vem prevendo que essa área deveria ter uma ocupação e uso em detrimento da sua vocação, que é a de proteção ambiental e a de produção de água. Portanto, eis a vocação dessa área, e eu fico bastante preocupado quando eu vejo que muito do que consta – que eu consigo entender – no arcabouço legal e nas falas, traz uma questão que, ao invés de adotar o princípio da precaução, adota o princípio da anistia ao crime ambiental que está se instalando dia após dia na região.

A lei de 1976 não funcionou. A lei de 2006 não foi aplicada. E a ocupação continua desordenada, não houve um planejamento, não houve um direcionamento para as novas ocupações, não houve a adoção de estratégias para o saneamento básico e, ao invés da gente olhar para toda essa questão, o que a gente vê é: a gente vai adotar uma lei que vai permitir uma nova... A regularização, eu acho muito importante que haja, contudo... A questão da moradia é fundamental, só que, a partir do momento que a gente não tem uma coisa implementada até hoje em dia para que a gente possa fazer a avaliação da sua implementação e em cima disso discutir... A gente não implementou a lei e agora a gente já entra com alguns instrumentos que flexibilizam a ocupação, diminuindo o número de lotes, e eu quero crer que essa mesma estratégia vai ser usada daqui a dez anos para flexibilizar mais ainda e permitir mais ocupações que estão acontecendo.

Então, eu queria trazer algumas questões que talvez vão mais ao encontro à vocação dessas áreas, não negligenciando que temos moradores lá e eles precisam ser atendidos com dignidade, sem sombra de dúvidas. Isso é muito importante, mas a gente não fala nada... Os dois Projetos de lei, tanto o 233 quanto o 293, eles vão permitir que as ocupações, até a data da publicação da lei, sejam regularizadas. Ou seja, a partir do momento que a gente põe em discussão essa questão da possibilidade dessas ocupações, a gente vai ter uma corrida aos mananciais, maior do que já temos, para que a gente tenha novos lotes abertos.

Aliás, é isso que tem acontecido, temos várias instituições... Até um vereador aqui da Câmara Municipal de São Paulo fez uma denúncia muito severa sobre o que tem acontecido na região, e nós não temos um corpo de fiscalização, nós não temos essa Casa atuando devidamente para proteger a função dos mananciais. Então quer dizer que tudo é

muito frágil e, a partir do momento que a gente abre essa brecha de discutir essa lei enquanto ela está sendo tramitada e votada, a ocupação vai acontecer lá.

Uma outra questão que me chama bastante a atenção é que nós temos muitas pessoas com interesses comerciais na área. Inclusive, na própria justificativa do PL 293, da Analice Fernandes, já diz que houve uma comitiva de prefeitos e vereadores da região que vieram a esta Casa argumentar sobre a importância de discutir essa lei. Isso está na cara que é um, ao meu ver, é um claro indício de que a gente quer fazer novos negócios, instalar naquela região negócios que não são compatíveis com a produção de água e, quando a gente fala de mananciais, isso pode ser bastante perigoso.

A gente fala da regularização e ao mesmo tempo a gente não tem instrumentos e saneamento entrando naquela área na mesma velocidade com que temos as ocupações acontecendo. Isso quer dizer, como o Amauri falou anteriormente, que a gente põe em risco a produção de água. Hoje em dia, a produção de água da Guarapiranga, o tratamento da água da Guarapiranga já é o mais caro do Brasil para se tornar potável. O que vai ser da Guarapiranga – que tem essa função, como o Amauri destacou – se a gente continuar achando que lá se pode tudo? Aquela região tem características especiais e o jeito velho de fazer a gestão, o jeito viciado de olhar para aquela área, faz com que a gente perca essa capacidade, que a gente perca esse potencial e que a gente não gere novos negócios lá.

A gente tem leis modernas hoje em dia em outros países, inclusive aqui no Brasil, como, por exemplo, o pagamento pelos serviços ambientais, que privilegia quem protege área, quem preserva área, e dá função ambiental para os serviços que a sua área presta para a coletividade. Destaco o caso de Extrema, município aqui do sul de Minas Gerais, que paga para que vários produtores preservem as suas áreas. A gente tem uma questão no Sorocaba Médio Tietê que tem arrecadado muito dinheiro, que é a cobrança pelo uso da água. Se a Guarapiranga é caixa d'água de São Paulo, é nobre que nós paguemos para que ela produza essa água, porque esse recurso será reinvestido na proteção, na preservação e na recuperação dessa área.

Se a gente só faz lei que engessa, os municípios correm. A gente tem que fazer lei que privilegie quem protege. Isso não está sendo discutido nesta Casa e nem por essas leis. A gente está vendo, mais uma vez, uma lei que vai iniciar um monte de crimes que estão lá, crimes que querem ser cometidos, e a gente não está falando de preservação e recuperação. Os instrumentos previstos na lei de 2006 não foram aplicados para se mostrarem eficientes sequer na proteção, quiçá na recuperação dos mananciais. A gente está falando de uma coisa, me desculpe, mas a gente está falando de uma questão que é

dar mais um tiro no pé de uma área que tem uma função estratégica para o funcionamento, para a vida desta cidade. Então, precisamos discutir a questão de habitação, contudo, é muito frágil aquela área para a gente ocupar mais do que ela já está ocupada. A gente está no limite, galera. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE - CAIO FRANÇA - PSB** - Passo a palavra ao deputado Luiz Fernando Teixeira e em seguida ao deputado Adalberto Freitas.

**O SR. LUIZ FERNANDO LULA DA SILVA - PT** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE - CAIO FRANÇA - PSB** - Só... Perdão aqui... Nós vamos intercalar aqui. É que os deputados se inscreveram também, então nós continuamos... Tem outros inscritos aqui, como eu já falei, o Isaac, Giglio, entre outros.

**O SR. LUIZ FERNANDO LULA DA SILVA - PT** - Sr. Presidente, nobre deputado, senhoras e senhores. Primeiro, cumprimentar ao deputado Enio Tatto pela iniciativa, por ter inflamado esta Comissão para fazer essa audiência pública para que a gente pudesse ouvir a todos e todas, aos movimentos organizados, órgãos, enfim.

A respeito desse tema, é fato que tramita nesta Comissão um Projeto de lei com regime de urgência e que esta Comissão irá aprová-lo ou rejeitá-lo. Nós vimos até um dos interessados fazendo uma proposta de inclusão ao PL, outros fazem... Queria cumprimentar todos que fizeram e tal, mas assim, é importante... E o que me chama a atenção é que algumas pessoas se movimentaram antes, os interessados, e a sociedade organizada, quieta. Veio falar aos 45 do segundo tempo, mas acho que ainda é tempo de se falar. É óbvio que a Guarapiranga produz água e nós temos que ter a responsabilidade de pensar a longo prazo. Feliz ou infelizmente, somos nós que vamos decidir isso, e as gerações futuras vão se beneficiar ou vão pagar muito caro pelo nosso erro aqui.

Então, quero parabenizar o deputado Enio Tatto, que disse o seguinte: “Não dá para fazer esse debate sem ouvir de fato a sociedade, os interessados”; eu, particularmente, acho que nós temos, a Comissão, que fazer uma reflexão importante. Óbvio que nós – especialmente a bancada do Partido dos Trabalhadores, que trabalha muito o movimento de habitação –, temos interesse em resolver a situação de pessoas que estão ocupando áreas, diminuição de lotes, mas também concordo com o Cesar, da SOS Mata Atlântica: que área é essa?

A Sabesp, desde muito tempo, divide os seus lucros ao invés de captar o esgoto. Desde sempre, a Guarapiranga e a Billings recebem milhões e milhões e milhões de litros de esgoto por dia, porque nós temos uma empresa que, ao invés de investir na sua função, quer captar e tratar esse esgoto. Ela divide o lucro na bolsa, inclusive, de Nova Iorque. E hoje, em São Bernardo, de onde eu venho, nós temos uma Billings totalmente contaminada e nós temos uma Guarapiranga da mesma forma. Quero dizer, porque a culpa disso foi desta Casa, sim, como o Cesar disse, porque os deputados dormiram quando deveriam ter agido e a população, talvez, não tenha sido ouvida.

O Estado não construiu habitação e as famílias foram ali por conta da necessidade de morar, ninguém ocupa uma área porque acha bonito. É óbvio que nós temos também loteadores que estimulam ocupações em áreas e hoje também talvez queiram, através de uma aprovação rápida, como foi pedida. Quero dizer que esta Comissão tem que ter a responsabilidade de não fazer nada a toque de caixa. O que está em jogo são as futuras gerações, é a nossa água, o que está em jogo é a moradia daquelas pessoas que estão ali, sim, e nós precisamos de... Eles querem regularizar, eles querem que o Estado chegue até ali, eles querem que o Estado talvez comece a ser Estado, porque não foi no passado, por isso é que eles estão ali.

Então eu queria, Sr. Presidente, com essa fala, dizer da nossa preocupação, a preocupação do deputado Enio Tatto quando nos trouxe o pedido à Comissão de fazer esta reunião, até porque ele disse: “Olha, o assunto é sério, eu tenho uma militância e moro na região. Nós precisamos ouvir todas as partes antes de simplesmente homologarmos. Vamos aprovar, aprovar sem o debate...”. Eu queria cumprimentar a Presidência, complementar todos os deputados desta Comissão e sobretudo vocês. Essa Casa é de vocês.

Aqui dentro, gente, são decididos interesses... Interesses. E o povo não participa. E aí, Cesar, eu quero... Sou seu aliado, mas quero te chamar a atenção: vocês também não estão aqui dentro. Tem muitos assuntos sendo debatidos que interferem na Mata Atlântica, mas o SOS Mata Atlântica está fazendo não sei o que não sei aonde. Então, estou te falando como aliado, nós precisamos de vocês aqui, precisamos do povo aqui, para que a gente possa produzir leis que preservem o nosso Meio Ambiente, precisamos produzir leis que regularizem a moradia do nosso povo ao entorno de toda a Grande São Paulo e produzir algo que fique para a nossa sociedade. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - CAIO FRANÇA - PSB** - Agradecer as palavras aqui do deputado Luiz Fernando Teixeira e passar a palavra ao nosso amigo, deputado Adalberto Freitas.

**O SR. ADALBETO FREITAS - PSL** - Boa tarde a todos. Quero cumprimentar a Mesa e o nosso presidente, o deputado Caio França, que tem muito bem conduzido essa Comissão Ambiental; cumprimentar o deputado Luiz Fernando Teixeira, que acabou de sair, e elogiar as palavras dele, que vêm ao encontro dos nossos ideais; cumprimentar o deputado Dirceu Dalben, também, nosso amigo da Comissão; a deputada Monica, que teve que sair por causa de outro compromisso; o deputado Reinaldo Alguz, que também teve que sair; e cumprimentar aqui o deputado Enio Tatto, que muito bem conduziu a reunião do dia 26, em Itapecerica da Serra, e que tem dado todo o apoio aí nessa questão, porque somos vizinhos.

Eu moro há 49 anos na região, sou vizinho do Enio; praticamente passamos a nossa infância lá, a gente sabe tudo o que aconteceu e todos os fatos que foram aqui narrados, realmente, é isso que aconteceu na região. As pessoas, por conta de dificuldades econômicas, tiveram que invadir algumas áreas. Não foi uma coisa justamente boa que aconteceu, mas no momento as pessoas não tinham realmente onde morar e foram ocupando essas áreas.

Essa questão ambiental foi passada um pouco ao largo, não haveria necessidade de ter uma política mais agressiva, porque realmente não tem... Eu apoio a questão das ocupações; a gente sabe que lá na região realmente não tem para onde ir e o pessoal só não foi mais porque tem a represa, que não deixa o pessoal ir, não é? Então, compreendo também o Carlão e o Avanilson, que falaram muito bem aqui da questão das ocupações da região. Eu moro ali e conheço muito bem a região, eu sei disso aí e eu diria que, como deputados aqui, nós vamos estar à disposição para ajudá-los no que for preciso nesse debate.

Acredito no que o Cesar falou, está perfeito o Cesar também no que ele falou, e vem ao encontro, nós só precisamos achar o meio termo. Ou seja, as pessoas ocuparam algumas áreas que não deveriam ocupar no momento porque houve a necessidade de ocupar essas áreas, mas nós temos que fazer um estudo para achar um meio termo, ou seja, dar moradia digna para as pessoas – de repente pode ser que não seja ali, mas em outro local digno – e poder desocupar a área, mas não simplesmente desocupar! Desocupar, mas dar um local digno para as pessoas morarem. Eu tenho amigos lá, pessoas

que eu conheço de longa data, de infância, e algumas pessoas moram, inclusive, nessas áreas invadidas, e eu sei o problema que há, porque eu já visitei algumas. Então, eu diria assim: nós, como parlamentares, vamos estar aqui atentos ao que está acontecendo lá e vamos fazer o possível para poder ajudar no que for necessário.

Quero aproveitar para cumprimentar o nobre deputado Campos Machado, autor desse PL. Obviamente nós estamos aqui discutindo algumas situações para poder melhorar esse PL dele. Tenho aqui o meu amigo Nunes, que é assessor do deputado Campos Machado e veio acompanhar. Mais algumas pessoas aqui... Quero cumprimentar também o Sr. Antonio Luiz Lima de Queiroz, que é lá da Cetesb; tivemos visita na Cetesb na segunda-feira e a presidente Patrícia Iglesias teve toda a atenção de mandar um assessor dela aqui, que é um especialista nessa questão, para poder acompanhar, para poder nos ajudar nos projetos lá da região. Então, Queiroz, manda um abraço para a presidente Patrícia Iglesias.

O Gil Scatena, que é coordenador de planejamento ambiental e tem nos acompanhado também, nos acompanhou lá em Itapecerica. Manda um abraço para o presidente Marcos Penido, que também tem uma disposição para poder ajudar no que for preciso. Sr. Ricardo Araújo, da Sabesp e o Juninho Silvestre, que é o assessor lá da Prefeitura de – meu amigo! – assessor da prefeitura de Itapecerica da Serra; manda um abraço para o prefeito Jorge Costa, que é meu amigo também. E eu, como deputado da região, conhecendo os produtos, quero ficar à disposição tanto da população como dos demais parlamentares presentes nesta Comissão.

Eu sou do partido do presidente Bolsonaro e tenho uma amizade grande com o ministro Ricardo Salles, do Meio Ambiente. Então, se houver alguma demanda que eu possa levar ao Ministério, eu levo para o Ministério... Com o intuito de ajudar, não é a questão partidária, é a questão de ajudar realmente a população, porque eu acredito que o Meio Ambiente não tem partido, o Meio Ambiente é de todos, então nós todos temos que estar atentos. Muito obrigado a todos.

**O SR. PRESIDENTE - CAIO FRANÇA - PSB** - Agradecer aqui ao deputado Adalberto Freitas, sempre presente na Comissão. Quero anunciar aqui, com muito prazer, a presença do prefeito de Sumaré, Luiz Dalben, agradecer a presença, sintam-se à vontade também para nos acompanhar aqui à Mesa. Estamos em um debate sobre o Projeto de lei de regularização da Bacia Hidrográfica do Guarapiranga. Dando continuidade, convido o Sr. Isaac Faria a fazer uso da palavra, representando o Núcleo de Jovens da região.



**O SR. ADALBETO FREITAS - PSL** - Presidente, presidente, eu queria... Pela ordem, presidente.

**O SR. PRESIDENTE - CAIO FRANÇA - PSB** - Claro, pela ordem, deputado Adalberto.

**O SR. ADALBETO FREITAS - PSL** - Devido a alguns compromissos que eu tenho assumidos, eu vou precisar me retirar aqui da reunião, aqui dessa audiência e estou à disposição. Muito obrigado a todos. Obrigado, presidente.

**O SR. PRESIDENTE - CAIO FRANÇA - PSB** - Obrigado, deputado. Retomando aqui, a palavra então com o Sr. Isaac Faria, representando o Núcleo de Jovens da região. Tem cinco minutos, eu vou cronometrando aqui, Isaac.

**O SR. ISAAC FARIA** - Muito obrigado, Caio França. Boa tarde a todos e a todas. Vim falar da Guarapiranga, acho que agora como morador da região, que conhece e vive aquele problema todos os dias, e, primeiramente, vendo a apresentação atentamente, refletir de quem é a responsabilidade desse descaso e do caos que chegou a nossa região, Guarapiranga e suas bacias.

Primeiro: o Governo do Estado, porque, por 25 anos, quem governa este Estado não prestou atenção e nem fiscalizou a nossa região. Segundo: a Sabesp, que ao invés de fazer o tratamento de esgoto, faz buracos nas nossas avenidas e ruas, e como o deputado falou, colhe o lucro. E a Cetesb, porque quando a gente quer construir equipamento de cultura e... Qualquer coisa, a Cetesb vem e fala que não pode a gente construir o equipamento de cultura e o equipamento de meio ambiente.

O M'Boi Mirim, atualmente, tem apenas dois parques, que foram construídos recentemente. O Rodoanel passa pela nossa região e o Governo do Estado não fez um trabalho de conscientização nas escolas. Então, acho que é muito fácil – acho que vários deputados que também falaram e se retiraram e não sei nem se conhecem a Guarapiranga – falar de uma forma genérica sobre o Meio Ambiente, mas não estar ali no dia a dia. Tem que estar ali no dia a dia para saber, e saber que a gente tem várias Guarapirangas e várias maneiras de preservar o Meio Ambiente, porque onde eu moro não pode, é ilegal. Do

outro lado, onde o pessoal tem barco e tem mansão, pode. Eu não entendo como funciona essa realidade.

É um desabafo que eu estou fazendo aqui e a realidade que eu vejo. E o loteamento irregular, que tem crescido cada vez mais na nossa região, não sou eu que faço, não sou eu que sou dono de empresa e não sou eu o prefeito, nem da cidade de São Paulo e nem de nenhuma cidade. Será que a Prefeitura não está vendo esse monte de loteamento irregular? Ou sou só eu e vocês que estamos enxergando? Então eu acho que, para discutir a Guarapiranga e as bacias à uma hora da tarde no Guarapiranga, é muito difícil a participação do povo trabalhador, que precisava estar aqui participando desse debate.

Por fim, para finalizar a minha fala, tem anos que nós estamos lutando pela duplicação da estrada do M'Boi Mirim e pelo metrô do Jardim Ângela. Como foi apresentado aí, a gente sai às quatro horas da manhã, levamos mais de três horas para chegar ao centro e ao centro expandido. O governador, marqueteiro, falou que vai duplicar e vai fazer o metrô até o Jardim Ângela e tomara que, além de trazer o metrô e a duplicação – que é uma luta nossa, encampada pelo deputado Enio Tatto –, que chegue também a infraestrutura, que chegue o investimento, porque eu estou cansado de vir aqui no centro da cidade ter que discutir o Fundão do M'Boi Mirim. O Fundão do M'Boi Mirim, Itapeperica da Serra, Embu-Guaçu, Grajaú, tem que ser discutido lá. Muito obrigado e um grande abraço a todos.

**O SR. PRESIDENTE - CAIO FRANÇA - PSB** - Obrigado, Isaac, pelas palavras. Dando continuidade aqui às inscrições... E a gente anuncia que estão encerradas aqui as inscrições. Já tem outros dez moradores e representantes de movimentos inscritos. Dando continuidade, Sr. Wilton Giglio, representando a Associação do Recanto dos Nobres, é diretor na associação. O senhor tem cinco minutos também, de uso da palavra, estou aqui para cronometrar e lhe ajudar.

**O SR. UILTON GIGLIO** - Boa tarde a todos e a todas. Eu agradeço o convite do deputado Adalberto e quero parabenizar a todos os deputados, Sabesp, Cetesb e em especial, o garotão – desculpe até chamá-lo de garotão – que falou aqui agora. Eu até pensei que nessa foto aqui fosse eu, porque eu só não nasci dentro dessa represa. Eu tenho um livro dela desde 1927. Eu sou morador lá; o meu poço tinha sete metros, hoje ele tem 30 metros, com um metro e meio de água. Então eu faço um convite aqui, muito especial, para que a Dona Sabesp apareça lá na nossa região de Parelheiros, com letras maiúsculas.

Eu... Meu sobrenome é Giglio. Todo descendente de italiano tem sete profissões, 14 necessidades. Eu sou guia de turismo cadastrado no Ministério do Turismo. Estou no último ano de direito. Eu convido a todos, todos aqui, a fazer um passeio, inclusive visitar a minha casa. Ela está caindo. Sabe graças a quem? Ao Rodoanel. Todinha rachada, ela já foi feita... Nas administrações anteriores, como bem ele disse aí... Eu dou até uma sugestão a todos os deputados estaduais, os vereadores – que não vejo nenhum de São Paulo, nenhum representante –, deputados federais, que apareçam na Represa do Guarapiranga, porque hoje, hoje, tem um posto da Marinha. Ela não fazia isso lá, hoje ela faz blitz, porque a pessoa enche o carão e vai andar de jet ski.

Gente, aquilo ali é a nossa caixa d'água, entendeu? Não é para área de lazer. E ele falou bem: se alguém se aproximar do Solo Sagrado – prestem atenção no nome, Solo Sagrado –, você tem que ficar lá, porque você não chega lá próximo. Eu falo isso, nobres, porque eu tinha um veleiro, eu fazer um tour com crianças ali, e o meu amigo é biólogo, o Paulo, falamos sobre as árvores, sobre a idade das pedras, como é que se mede a idade de uma pedra, de uma árvore.

Então, gente, eu não vou me estender muito aqui. Eu começo a falar da Represa do Guarapiranga e fico muito emocionado, eu já cheguei a chorar no meio daquela represa, em baixo do Rodoanel. Eu tive vontade de dar um mergulho ali, porque eu sou instrutor de mergulho, mas eu não consegui, porque talvez se eu fosse ali, devido até a idade, pegar uma pneumonia, um reumatismo, entendeu? Então eu tenho um carinho muito grande. Até na época que ela foi quase estourada lá, o exército, talvez o senhor deva lembrar, com sacos de areia para ela não estourar. Então, ele falou bem, façam uma visita. Os prefeitos de Itapeverica, Embu-Guaçu, São Lourenço, enfim, são as limítrofes aqui de São Paulo.

Embu-Guaçu manda água para cá. Eu já andei de caiaque três vezes, saindo lá do Rio Embu-Mirim até no meio da Represa do Guarapiranga, eu e mais umas 30 pessoas. Então, a última sugestão – que eu não vou me prolongar mais aqui, senão também começo a falar e não paro mais –, façam essas alterações, façam as audiências públicas na região, como ele bem falou, em um sábado, em um domingo. Lá no CEU, pode ser lá no CEU? Beleza! Toda a população participa. Não como foi feito no Rodoanel; era feito assim: 24 de dezembro, 1º de janeiro, véspera de Carnaval, oito horas da noite. A população não vai! A população não vai, porque ela trabalha. Eu, por exemplo, tenho alguns compromissos aí e não vou poder participar. Agora eu estou indo para Vitória, para nós melhorarmos...

**O SR. PRESIDENTE - CAIO FRANÇA - PSB** - Para concluir, para concluir, por favor.

**O SR. UILTON GIGLIO** - Eu estou indo para Vitória, agora. Vai ter um fórum lá para nós melhorarmos a nossa legislação de Turismo, porque fazem turismo na Represa do Guarapiranga, tudo pirata! É barco, é guia, é barco e por aí vai. Então, gente, obrigado pela atenção e desculpe se eu falei alguma coisa fora do eixo aí. Um abraço a todos.

**O SR. PRESIDENTE - CAIO FRANÇA - PSB** - Obrigado, Sr. Uilton. Quero convidar a Sra. Sandra, da Associação Jardim União e, claro, informar aqui que a nossa primeira audiência sobre esse Projeto especificamente da Comissão do Meio Ambiente foi no dia 26 de agosto, na segunda-feira, às 18 horas, na prefeitura de Itapecerica, conduzida pelo deputado Enio Tatto. Sra. Sandra, presente?

**A SRA. SANDRA DE MOURA** - Sou eu.

**O SR. PRESIDENTE - CAIO FRANÇA - PSB** - Ah, por favor. Desculpe.

**A SRA. SANDRA DE MOURA** - Boa tarde. Boa tarde a todas e todos, na verdade eu vou só fazer alguns complementos à fala do Avanilson e também contar um pouco, porque aqui eu ouvi falar de ocupações, o deputado que se retirou também falou sobre desocupar as áreas que já estão ocupadas, mas aí eu tenho uma pergunta: toda área, do Socorro até Marsilac, Colônia, até chegar em Santos, se não me engano, é composta por áreas de mananciais, no entanto, essas pessoas moram ali há anos. Se nós formos retirados dali, para onde vamos? Mais para dentro, mais para o fundão? Então, gente, não resolve só retirar. As leis precisam, sim, ser revistas, mas, para que sejam revistas, tem que ver quais são as reais necessidades do povo que lá habita, porque não tem para onde ir.

Então, vou contar um pouquinho, rapidamente, sobre a nossa história da Ocupação Jardim da União. Em 2013, várias ocupações na região foram... Explodiram, na época, e algumas existem até hoje. A Ocupação Jardim da União é uma delas. No mesmo dia em que ela nasceu, nasceu também a Ocupação do Anchieta. O Anchieta, se não me engano, foi por volta das quatro ou cinco da tarde e a Ocupação Jardim da União foi no mesmo

dia, às nove horas da noite. Imaginem vocês, pulamos o muro e ocupamos. No outro dia tinha muita gente lá, e não era organizado, gente, era necessidade. A especulação imobiliária na região está crescendo cada vez mais e mais, aluguel cada vez mais caro, as exigências mais ainda.

Então, exige-se que você não tenha mais que um filho, que você não tenha um gato, um cachorro. Então, fica cada vez mais difícil alugar uma casa na região. Essa ocupação nasceu em um terreno de área da Prefeitura e Secretaria do Verde, ficamos lá alguns meses, sofrendo despejos e mais despejos e mais despejos, até que conseguimos uma trégua com a subprefeitura e procuramos uma outra área para levar as famílias que ali estavam. Conseguimos entrar em uma área que, por sorte ou muito azar, é da CDHU. Era uma área que tinha sido desapropriada havia alguns anos. Estava lá, não tinha vegetação, era uma área bem ampla e não tinha vegetação, então nós não cortamos árvores, não acabamos com a vegetação. E ali se instalaram, até hoje, 600 famílias, mais ou menos.

Nós fizemos um projeto para acomodar as famílias em lotes de mais ou menos 90 metros quadrados, que era para acomodar todos. Também deixamos uma área de preservação ambiental – uma área para que a gente possa compensar a área que a gente está ocupando –, de mais ou menos 16% de toda a área, que é de 86 mil metros quadrados. Nós temos uma assessoria com os professores da FAU, que fizeram um projeto onde desse para acomodar todas as famílias que ali estavam e também preservar o Meio Ambiente. A gente trava uma luta terrível para que a Sabesp entre e faça a canalização de esgoto e água, para que isso também preserve tanto a saúde quanto o Meio Ambiente. E essas leis também travam isso, a Sabesp não consegue entrar em qualquer lugar.

Então, gente, tem algumas coisas nessa lei, alguns artigos, alguns parágrafos, que precisam, sim, ser revistos, porque nós temos 600 famílias, onde temos 90 metros quadrados e acomodam nossas famílias. Alguns projetos habitacionais tinham 37 metros quadrados. Muitas pessoas conseguiram esses apartamentos e não conseguiam ficar ali, porque também não comportavam suas famílias. Então, o que precisa ser revisado, se for possível, esses 125 metros quadrados em está... Dando prioridade aqui, se for possível reavaliar, porque não tem só a nossa ocupação, a gente tem a do Anchieta, a gente tem várias áreas ali que estão ocupadas há anos, não só desde 2013, e que não conseguem regularização.

Então, se a gente for frisar muito essa área de 125 metros quadrados, talvez vá prejudicar muita gente; e também tem que ser visto para onde vão mandar essas famílias

se não há projetos no Governo para acomodá-las. Auxílio aluguel de seis meses não ajuda, por conta da especulação imobiliária, que não abriga todo mundo, e em seis meses, também, para onde vão essas pessoas? A gente tem a fala do companheiro Isaac, muito bonita, parabéns, por sinal...

**O SR. PRESIDENTE - CAIO FRANÇA - PSB** - Para concluir, Sandra.

**A SRA. SANDRA DE MOURA** - Sim. Nós temos grandes empreendimentos de supermercados que estão cada vez mais inseridos na nossa região, eles desmatam áreas imensas. Para fazer o hospital de Parelheiros foi desmatada uma grande área. E aí, gente? Por que eles podem? E aí tem representante da Cetesb aqui: por que eles podem e nós não podemos?

Só para concluir, a área que nós ocupamos é destinada para moradia, é uma área de Z4, foi falado... O Avanilson falou sobre... Se for possível, a nossa proposta é que seja mudado aí o parágrafo, que é o segundo parágrafo do artigo 44, que transforma as áreas que já estão consolidadas em Área 1, independentemente do Marco Temporal, gente, porque são áreas consolidadas. E deixo – só para concluir, de verdade –, quero deixar uma observação: nós somos totalmente contra loteamentos irregulares e desmatamento, porque é necessário preservar a mata, sim, porque nós precisamos de oxigênio. Nós, que moramos naquela região, a gente sofre diretamente as consequências desse caos ambiental. Quando é frio, é muito frio; quando é calor, é muito calor. Então, a gente precisa, sim, preservar. Então, somos totalmente contra, por isso estamos até hoje nesse terreno e sempre fomos contra derrubar qualquer árvore, estamos, sim, reflorestando toda a área que foi destinada para isso. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE - CAIO FRANÇA - PSB** - Agradecer a Sandra, da Associação Jardim União, e convidar o Rodolfo Almeida, representando aqui... O SEAE. É que não está escrito aqui. Depois, se puder também, Rodolfo, apresentar o SEAE e o que ele faz, por gentileza. Cinco minutos também.

**O SR. RODOLFO ALMEIDA** - Perfeito. Boa tarde a todos os presentes, meu nome é Rodolfo Almeida, sou diretor-presidente da Associação Ecológica Amigos de Embu, uma entidade socioambiental preocupada em garantir qualidade de vida para as pessoas que ali moram, com renda, com justiça social e com preservação, conciliando

todos. A gente está lá há mais de 37 anos, uma das entidades ambientais mais antigas da região, mais antiga, inclusive, que a SOS e outras que aqui falaram, e a gente conhece de perto a dificuldade que há, muitas vezes, em gerar renda para as pessoas que estão lá, estão próximas à mata, estão próximas à água, mas a gente entende também que boa parte da carência que essas pessoas vivem hoje é por causa de maus políticos que já passaram nessas últimas décadas, que incentivaram a ocupação sem incentivar a infraestrutura, que incentivaram entrar de qualquer jeito e resolver depois.

Então a gente acha que, sim, precisamos defender quem mora ali, precisamos garantir o direito de quem historicamente fez com que essa região se desenvolvesse, mas que isso precisa ser feito respeitando os limites da data da publicação da lei. Então, a regularização é importante para não incentivar grileiro, não incentivar o crime organizado, não incentivar que outras ocupações se aproveitem da necessidade de regularização fundiária das pessoas carentes, que gente safada vá querer ganhar em cima disso.

A gente defende que a data tem que ser retroativa à original de 12.333; que os lotes de 125 metros são necessários para garantir uma habitação popular, que é importante estarem na região, desde que próximos ao centro urbano, desde que no lugar que já está desmatado, no lugar que já tem ônibus, que já tem escola, e não longe, para incentivar ainda mais a periferação, para não expulsar ainda para mais longe quem precisa de uma moradia; a pessoa poder ter uma moradia regular mais perto do serviço público, perto do posto, perto do hospital, perto da instalação pública; que as autorizações de qualquer obra devem estar condicionadas à instalação prévia de rede coletora e tratamento de esgoto, e não “deixa construir e depois vê onde vai colocar a bosta”, é isso que tem sido feito. Então, tem que autorizar, condiciona: vai poder fazer quando a Sabesp colocar o tratamento de esgoto ali.

Que essa lei faça exigência também de que aqueles imóveis vazios, que estão na mão da especulação imobiliária esperando ficar mais caro para alugar de novo, aqueles 290 mil imóveis que a Região Metropolitana tem ociosos, que a pessoa não aluga porque ela quer cobrar caro, que use a lei do Plano Diretor para obrigar a fazer um aluguel social e dar aquela moradia para quem precisa, e não para deixar aquilo lá parado, valorizando. E que a Sabesp não distribua mais um real enquanto ela não sanear cada casa de cada moradia legal ou ilegal dessa região.

Então, a gente entende que só vai ter água limpa quando não houver gente precisando morar na beira do rio, mas que isso passa por aplicar todas as leis que já estão

lá e não estão sendo cumpridas. A gente emite 200 ofícios de crime ambiental por ano, em uma sociedade tão pequena como a nossa e, muitas vezes, a gente não consegue a atenção da Polícia Militar, não consegue a atenção da Cetesb e passa impune. Então a gente pede para que os dispositivos da lei sejam aplicados, para que assim a gente tenha justiça social e água para todos. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE - CAIO FRANÇA - PSB** - Obrigado, Rodolfo, representando aqui a SEAE, Sociedade de Amigos de Embu. Queria passar a palavra então ao nosso amigo, deputado Dirceu Dalben.

**O SR. DIRCEU DALBEN - PL** - Muito boa tarde a todos, senhoras, senhores, saudar aqui o presidente da Comissão, Caio França, deputado Enio Tatto, que com muita capacidade tem se envolvido e realizado audiências para discutir essa lei. Saudar a todos aqui representados, saudar o prefeito de Sumaré, que nos honra com a sua presença, o Luiz Dalben, todas as entidades, pessoas, moradores que aqui estão presentes e os que já usaram a palavra. Sempre agradecendo a Deus pela vida, pela saúde em primeiro lugar.

Quero fazer aqui algumas considerações rápidas sobre tudo o que ouvi, que pude observar e também ler no Projeto de lei. Presidente, nada como ouvir quem vive na realidade. Deputado Enio, sua iniciativa de provocar, de ir até a cidade, e a nossa, de trazer aqui e conversar, é dessa forma que nós vamos entender o caso e encontrar a melhor solução.

Pelo que observei, existe algo já consolidado há muitos anos e, por descaso das autoridades, não houve um acompanhamento e não houve um controle. Isso foi se ampliando, ampliando, e a especulação imobiliária se aproveitando. Pessoas mais necessitadas que ali se dirigiram e estão no local com moradia, muitas vezes são usadas como massa de manobra de especulação imobiliária. As entidades que estão trabalhando no sentido, os ambientalistas, de prever, não têm o aporte, não têm o apoio das autoridades legalmente constituídas que têm o poder de discricionar, o poder de orientar e proibir e de punir quem abuse.

Pelo que eu percebi, existem dois lados de uma mesma moeda: um lado onde tem pessoas que necessitam de moradia, que estão lá não por opção, mas por necessidades; e por outro lado, existem pessoas que estão ali por opção, com uma tranquilidade maior e até uma convivência de alguns órgãos. Foi o que eu observei aqui, se eu estiver errado, os próximos que usarem a fala podem me corrigir.



O que eu penso, presidente, até para não alongar: eu acredito que esta Casa não tem como executar – o poder Executivo é outro, aqui é poder Legislativo –, mas nós temos o poder de fiscalizar. Há necessidade sim de nós indicarmos esta Comissão, a Assembleia, ações, não apenas com toda a boa vontade do deputado Campos Machado e da sua assessoria de querer resolver aqui, aprovar aqui uma subdivisão, o lote de 125 metros, mas o que eu vejo, Enio Tatto, deputado Caio França: talvez os 125 metros não sejam a medida ideal para todos.

Talvez nós tenhamos que analisar até encontrar uma medida até menor para poder atender essa população. Sandra acabou de comentar aqui que tem um projeto feito por pessoas com capacidade, preservando parte de meio ambiente, que pode ter lá área de 90 metros. Precisamos analisar se a Constituição, se a Legislação permite. Mas, mais do que isso, existe o Marco Legal, que não foi tomada providência, não adianta agora chorar sobre o leite derramado. Nós temos que sair daqui, desta Comissão, dessas audiências com algo indicativo ao Governo do Estado, as prefeituras, aos órgãos ambientais, para que tomem providências.

Primeiro, um congelamento e um cadastramento já, de tudo o que está lá. Como é que nós vamos controlar isso se nós não tivermos um controle das pessoas que estiverem lá e congelar, a partir de agora, novas moradias ou novas ocupações? É o primeiro passo, que já devia ter acontecido em 2006 ou 2013. Segundo momento: analisar o que realmente é possível manter lá. As pessoas já têm vida lá, já estão lá, muitos nasceram ou cresceram lá. Então, se é possível manter na origem, fazendo com que haja condição de preservar o Meio Ambiente... É claro que da forma original nunca mais vai ser feito, mas a própria Sabesp – com o meu respeito aqui, com os meus respeitos –, a verdade é que retira a água, mas joga o esgoto.

Tem que ter tratamento! Se a própria Sabesp, na sua captação, não está tendo cuidado com o Meio Ambiente, como que vai exigir do morador que está lá e não tem nem condição de ter uma moradia própria e não tem o tratamento de esgoto porque é ilegal, é irregular e não conseguem que façam um adutor ou que façam uma rede de esgoto?

A partir de agora nós temos que tocar o dedo na ferida e propor a esta Comissão, esta Casa de Leis, e fiscalizar. Se for o caso, deputado Enio, deputado Caio, propor uma CPI para investigar a origem disso, para investigar o loteamento clandestino, se tem algum empresário ganhando dinheiro com isso e querendo usar a lei e fazer desse povo mais carente massa de manobra. Eu acho que o papel nosso aqui, nosso papel aqui é o

papel mais complicador, porque muitas vezes a gente tem que tomar a atitude que não vai agradar alguém, mas temos que tentar fazer... Tentar não, temos que fazer a coisa certa.

Creio que o Campos Machado está com boa intenção, mas aprovar simplesmente e só subdividir 125 metros sem ter um planejamento, sem ter a contrapartida da Sabesp, sem ter a Secretaria de Habitação do Estado, a Secretaria de Habitação dos municípios, os movimentos populares, os movimentos ambientais, todos envolvidos em um projeto para resolver de vez, nós vamos apenas empurrar com a barriga por mais uma década, duas décadas, até não ter mais água e aí a gente vai saber como é difícil. Eu vivo em uma região que depende do Sistema Cantareira. Mesmo não estando em São Paulo, estando na região de Campinas, nós temos a Cantareira. É o que represa a água da nossa Bacia PCJ, para poder complementar o abastecimento da grande São Paulo, da capital. E nós, muitas vezes, ficamos sem água no interior, porque é represada aqui e a própria Sabesp não busca outra fonte de abastecimento, que ela tem em mãos, ela pode cuidar e aumentar ainda mais a nossa captação.

Então, Sr. Presidente, deputado Enio, quero aqui na minha contribuição trabalhar no sentido de ajudar a população que mais precisa, mas também exigir dos mais abastados que ali estão como área de lazer e recreação, sem necessidade, a sua contrapartida. A sua contrapartida financeira e também de punição na lei e acionar os governos, tanto do Estado, o federal, o municipal e esta Casa, no sentido de ir a fundo e trazer uma solução definitiva, nem que demore 20 anos para resolver, mas tem que ter metas. Em um ano é isso, dois anos, três anos, cinco anos, dez anos, até resolver o problema ali na frente, porque a água é finita e, se nós não preservarmos o nosso Meio Ambiente, nós não teremos água.

Mas, por outro lado, nós temos o direito à vida, o direito à moradia, que é outro direito que nós temos que observar e ajudar, porque não adianta ter água, se não tiver pessoas para consumir, e também não podemos deixar só as pessoas, sem ter a condição de abastecimento. Então, eu proponho que, nas discussões, possamos ampliar esse diálogo com técnicos, Enio Tatto, você que tem uma boa militância aqui na Casa, tem uma experiência – eu sou deputado de primeiro mandato, apesar de ter uma experiência no Legislativo e no Executivo municipal –, da gente trazer alguns técnicos das universidades para nos ajudar a encontrar uma solução, junto com a própria Sabesp.

E aqui, acredito que não são vocês que estão aqui representando a Sabesp. Eu sei que vocês aqui estão fazendo papel de vocês, se esforçando, mas têm uma limitação, vocês têm os acionistas que exigem resultados, exigem dividendos, mas nós temos aqui

mecanismos para ajudá-los a implantar e emplacar ações onde a Sabesp também tenha que fazer a sua contraparte. É fácil pegar a água e vender, o difícil é manter.

À população que aqui veio, parabéns, porque não é fácil, no meio da tarde, sair do bairro de vocês com uma condução cara, difícil, deixar os seus filhos, deixar os afazeres, para participar. Vocês estão de parabéns e contem com esta Casa e contem com o deputado Dirceu Dalben no sentido do que for possível fazermos para resolver de uma forma que seja plausível para todos, para o Meio Ambiente e, principalmente, para as pessoas. Meu muito obrigado e que Deus nos abençoe.

**O SR. PRESIDENTE - CAIO FRANÇA - PSB** - Agradecer aqui ao nosso amigo, deputado Dirceu Dalben, que é membro efetivo da Comissão de Meio Ambiente e convidar o Dr. Alan Ramalho, representando a Defensoria Pública de São Paulo. Por favor, o senhor tem cinco minutos para a sua manifestação.

**O SR. ALAN RAMALHO** - Bom dia... Bom dia, não, boa tarde a todos e a todas. Meu nome é Alan, eu sou defensor público e coordenador do Núcleo de Habitação e Urbanismo. Srs. Deputados, público presente, a gente tem avaliado bastante a questão da lei, tanto da Guarapiranga e da Billings, porque a gente teve uma edição de uma lei federal que cuida também da regularização fundiária urbana e rural, que é a lei número 13.465, e a gente tem se esmerado em fazer interpretações coadunando essas legislações dessas diferentes esferas federativas.

O que a gente verifica como uma questão muito importante na análise conjunta dessas legislações é de fato o estabelecimento dos marcos restritivos para a inclusão de Área 1, Área de Recuperação Ambiental 1, em programas de PRIS, que é basicamente a forma como a legislação das Bacias Hidrográficas permite a regularização fundiária. Essas duas legislações estabelecem o marco, que é o ano de 2006. A Legislação Federal de outro turno, a lei número 13.465, pela primeira vez em uma lei de regularização federal, fala também da questão da proteção dos mananciais. Então, há uma incidência conjunta de uma legislação federal com as legislações estaduais.

Obviamente, tanto a legislação federal quanto a legislação estadual buscam compatibilizar esses dois interesses, que são o direito à moradia e o direito do Meio Ambiente. O que a gente verifica, Srs. Deputados, é que, a despeito disso, é preciso analisar a influência da lei federal, portanto, sobre as leis estaduais, uma vez que cabe à lei federal estabelecer normas gerais e às leis estaduais e municipais a identificação do

estabelecimento de normas específicas de interesse regional e local, de modo que, no cenário legislativo anterior, em que a gente tinha um vácuo normativo federal, ou seja, a lei federal não dispunha dos mananciais e, portanto, as leis estaduais tinham ampla possibilidade de tratar essa matéria legislativamente, houve depois uma superveniência da lei federal.

Então, é importante, portanto, que, com base na lei federal, os estados – e inclusive o estado de São Paulo nas suas diversas legislações – analisem a lei federal e possam analisar a sua atividade legislativa por isso. A regularização fundiária é uma diretriz da política urbana; ela está prevista em diversas legislações, inclusive no estatuto da cidade, mas, além de instrumento da política urbana, é importante analisar a regularização fundiária também como instrumento ambiental. A regularização fundiária, além de proteger o direito à moradia – como acompanha de perto o caso do Jardim da União, na zona sul –, também pode servir para a proteção do Meio Ambiente. Uma casa ou uma moradia habitável, servida de infraestrutura, com energia elétrica, com coleta de esgoto, tem a possibilidade de contribuir para a preservação do Meio Ambiente.

E foi essa a preocupação da lei federal. A lei federal altera o Código Florestal em seus artigos 64 e 65 e exige, para permitir a regularização fundiária, a realização de estudos ambientais que identifiquem uma melhora ambiental comparada à situação anterior. Hora, se há uma comprovação técnica de que há uma melhora ambiental, qual é o sentido do estabelecimento de um Marco Temporal, não é? Se aquela regularização fundiária, por estudos técnicos, implementará uma melhora no Meio Ambiente, qual é o sentido de se ter um congelamento daquela área? Então, o que a gente precisa verificar também é isso: que a legislação, ela... A regularização fundiária ela é um instrumento de proteção ambiental. E mais que isso, a informalidade urbana, a precariedade habitacional, não é um fenômeno passageiro, efêmero, na nossa história de urbanização, ela existe hoje e ela vai continuar existindo. Então, é preciso que exista uma política permanente de tutela e de proteção ao direito à moradia e das habitações precárias e informais. Não será para amanhã, digamos assim, que nós resolveremos isso.

A Defensoria Pública tem analisado bastante e a gente tem procurado casos muito emblemáticos, como o do Jardim da União. O Jardim da União, como já falado, ele tem o aporte de um grupo de extensão da FAU-USP, um aporte de uma assessoria popular técnica, que é o Peabiru, que fez diversos estudos e um projeto urbanístico popular. Ou seja, a população se reuniu e estabeleceu o projeto para aquela área, inclusive sobre o aspecto ambiental de instalação de fossas sépticas, de plantaço; eles se reorganizaram,

isso é muito importante dizer, a potência do processo de participação popular também pela perspectiva ambiental, porque houve uma reorganização espacial da população ali.

Então, o que a gente vem contribuir para esta Comissão, já concluindo, é que também já se analise a questão do Marco Temporal e que os legisladores estaduais possam se debruçar também sobre a legislação federal modificada em 2017 – em 2016, a princípio, pela medida provisória 759 – para reanalisar a questão das bacias hidrográficas, nesse caso da Guarapiranga, mas também da Billings, considerando a regularização fundiária não só como instrumento de proteção e direito à moradia, mas também como instrumento de proteção ambiental. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE - CAIO FRANÇA - PSB** - Agradecer ao Dr. Alan aqui pela sua manifestação. Convidar a Sra. Maria dos Anjos, moradora em M'Boi Mirim. A senhora tem também cinco minutos, estarei aqui para alertar a senhora. Em seguida teremos, só para a gente organizar, o tenente Perez, representando a Polícia Ambiental, Sr. Mauro Scarpinatti, Sra. Adriana Abelhão.

**A SRA. MARIA DOS ANJOS** - Boa tarde a todos. Boa tarde à Mesa. Então, meu nome é Maria dos Anjos, eu sou conselheira do CADES M'Boi Mirim e o que me traz aqui é uma preocupação muito grande sobre a área em que vivemos. Eu moro em um bairro que tem 26 mil habitantes – não vou falar de toda a M'Boi Mirim porque no momento não me lembro de todo o número de habitantes que há naquela área –, mas a preocupação que me traz aqui é a preocupação de todos, porque na nossa área da M'Boi Mirim, que é a represa de Guarapiranga, a água que todos nós bebemos e a metade de São Paulo, ela está toda contaminada. Nós sabemos que todos aqui sabem que aquela área está sendo toda ocupada. Já desmataram ela quase toda e o que deixa a gente muito preocupada e curiosa é que a metade dos nossos parlamentares e dos nossos governantes sabe o que está acontecendo nas nossas áreas.

Foram feitas várias denúncias. Inclusive, o próprio Ministério Público tem conhecimento do que está acontecendo lá, que foi denunciado pelos moradores e também pelas várias entidades, e nenhuma providência foi tomada. Eu moro em uma área há 45 anos... Há 41 anos eu moro naquela região do Vera Cruz. A área que eu estou falando aqui, Sr. Deputado, é uma área que tu não podia tirar um bambu de dentro daquela mata e hoje as pessoas estão loteando aquilo lá, vendendo lote de... Começou com 70 mil reais

e tem lote de todo preço, 70, 30, 40, de cinco mil de 20 mil, de todo preço. Estão loteando uma área que é de preservação ambiental.

Então, o que nos deixa muito preocupados é que todos os nossos parlamentares e o nosso Governo sabem o que está acontecendo na região, e a gente fica preocupada porque nenhuma providência foi tomada, já que nós aqui estamos tratando da água, falando dos nossos mananciais, porque os nossos mananciais não são de interesse só de quem mora na região do M'Boi Mirim, é do interesse de São Paulo, é do interesse de todos os habitantes que moram na região de São Paulo. Quando faltou água na Cantareira, foi a represa do M'Boi Mirim que abasteceu a parte que ficou sem água e todos aqui sabem disso.

Nós não somos contra as pessoas precisarem morar, porque eu também moro em uma área de mananciais. Pago água, pago esgoto, pago a minha conta de luz e pago para morar. Há 41 anos eu moro naquela região. Comprei um loteamento e passei 15 anos para pagar, só agora eu consegui fazer a casa para morar. Então, aquela área que estava para preservar, que a gente pensava que era de preservação, parece que não é, porque está um desmantelo total. Nós que moramos lá estamos com essa preocupação sim, de procurar aqui esta Casa. Eu acredito que estou aqui porque eu acredito, porque confio, porque nós votamos em nossos deputados. Espero que as providências sejam tomadas em relação ao Meio Ambiente, porque a partir do momento que esta Casa toma a providência de fiscalizar e ver o que está acontecendo e a nossa Prefeitura de São Paulo, que nós também elegemos, toma a providência de planejar moradia para essas pessoas que estão lá, nós vamos viver uma situação bem melhor, porque se não planeja a moradia, as pessoas vão morar de qualquer maneira, sem a Sabesp ter o comprometimento de colocar o esgoto.

Nós também corremos o risco da violência, porque nós sabemos que a maioria das coisas que estão lá é o Crime Organizado que domina. A gente também corre o risco naqueles bairros em que a gente vivia mais sossegada. Hoje, em cada esquina nós temos um assalto. As nossas crianças que saem para estudar à noite têm o seu celular tirado e a gente vê que tudo isso foi por conta dessa ocupação desenfreada que aconteceu, que está acontecendo sem nenhuma fiscalização, sem nenhum acompanhamento do poder público. Então, eu peço aqui a esta Casa, peço também a nossa prefeitura de São Paulo e até ao governo federal, que planeje a moradia, faça a moradia com planejamento, tenha uma política de habitação, cuide dos nossos mananciais e crie uma política de habitação, porque, a partir do momento que há um planejamento, não tem ocupação da maneira que está.

As pessoas vão morar com dignidade, em um lugar em que pode ser construída uma escola, pode ser construído um posto de saúde; porque, quando a gente pede para colocar um ecoponto, a Prefeitura fala para nós que não pode porque está em uma área de mananciais. É uma coisa que é uma controvérsia, porque se não pode por ser área de mananciais, como é que a ocupação pode chegar e destruir tudo aquilo que é de preservação? Como é que pode acontecer isso? É uma coisa que deixa a gente assim meio assustada, porque está acontecendo.

Como eu bem falei, eu não sou de partido político nenhum, gente, eu quero deixar bem claro aqui. A minha bandeira é a bandeira branca, eu luto pelo bem comum, eu faço políticas públicas e estou lutando pelo bem maior, que é a nossa água e os nossos mananciais. Essa é a minha preocupação em estar aqui nesta Casa hoje, por acreditar nos nossos deputados que nós elegemos, eu estou aqui porque eu acredito. Espero que as providências sejam tomadas e acredito também no nosso Ministério Público, que é uma lei que nós acreditamos e confiamos e quero continuar acreditando que o Ministério Público vai interagir junto a essa situação, porque a nossa situação é crítica. Não é só do Vera Cruz, é de toda a região do M'Boi Mirim, do Grajaú, Itapecerica da Serra.

Eu fico muito triste que a gente é convidada para vir para uma audiência pública e a gente acaba falando para dois parlamentares. Nós não temos... Estavam todos aqui e saíram na metade. Então mostra que mais uma vez, mais uma vez, quem nós elegemos não está muito interessado em nos ouvir. Não estão interessados em nos ouvir. Isso nos deixa muito tristes, porque nós estamos aqui porque nós acreditamos nas leis deste País. Nós acreditamos em quem nós elegemos para mandar neste País e quando a gente vê um desmando, como está acontecendo, os deixa muito desapontados, deixa toda essa população que elegeu, muitos desapontada.

Então, vamos cobrar...

**O SR. PRESIDENTE - CAIO FRANÇA - PSB** - Para concluir, Dona Maria, por gentileza.

**A SRA. MARIA DOS ANJOS** - ... de quem nós acreditamos. Espero que alguma coisa seja feita. Eu fico muito triste – Sr. Enio Tatto, não é? –, eu cheguei na subprefeitura também, que é um descaso que faz com a nossa região, e falei da audiência de Itapecerica. É muito triste ser uma pessoa que mora em uma região tão grande, porque eu não represento quem mora lá, quem representa são eles, eles estão aqui para representar a

cidade, eles foram eleitos para representar a cidade, eles que representam a cidade, eu represento um bairro, porque sou do Conselho e fui eleita por aquele bairro em que moro.

Mas se chegar na subprefeitura e falar com a subprefeita sobre uma audiência pública, ela fala que a esquerda é que faz audiência pública. É muito triste, porque nós não estamos falando de partido, nós estamos falando de uma situação crítica, que é a Represa do Guarapiranga, que precisa ser preservada, precisa ser cuidada. E quem tem que cuidar dessa represa são os nossos parlamentares, esta Casa aqui onde nós estamos, o Governo do Estado, o governo federal e o governo municipal; e o nosso Ministério Público tem que atuar, sim, nessa situação, porque nós estamos vivendo na cidade de São Paulo um descaso total e precisam ser tomadas providências imediatas.

É providência já, pela situação da represa que nós estamos perdendo, que está toda contaminada e nós pagamos esgoto. Pagamos para contaminarem a represa, isso é muito triste. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE - CAIO FRANÇA - PSB** - Agradecer aqui a Dona Maria dos Anjos e quero, antes de passar a palavra para o tenente Perez – por gentileza, pode se colocar aqui já, representando a Polícia Militar Ambiental –, dizer que a Comissão convidou oficialmente o Ministério Público, a Cetesb está aqui presente, a Sabesp está aqui presente, a Secretaria Estadual do Meio Ambiente... Tem algum representante da Secretaria? Está aqui presente também. Então, de fato, acho que só o Ministério Público que não teve um representante neste momento, aqui. Passo a palavra então ao tenente Perez, representando a Polícia Militar Ambiental.

**O SR. ANDRE DE CARVALHO PEREZ** - Boa tarde a todos. Eu venho em nome do Comando da Polícia Militar Ambiental, que hoje está sendo comandada pela coronel Flávia. O comandante do batalhão é o tenente-coronel Jeferson, que interinamente está assumindo o major Rodrigo, que me enviou aqui. Eu também estou em comando interino da companhia que cobre a área da Guarapiranga e Billings. Eu tenho amigos aqui que já me conhecem, o pessoal de Itapeverica, eu comandi o pelotão lá da região e consegui levar o pelotão novamente lá para Cotia.

Bom, eu vim mais explicar sobre o papel da Polícia Militar Ambiental com relação à área de proteção de mananciais. A resolução 48/2014 tirou da competência da Polícia Militar Ambiental essa fiscalização. Fiscalização! Mas, o que tem sido falado aqui é sobre crime. Crime, e a sua flagrância qualquer um do povo pode e o Estado deve. Então, na



ocorrência do crime, é necessário ligar 190. É necessário. O.k.? Tenho ouvido falar sobre “Estão loteando aqui agora, do lado da minha casa!”. Nossos recursos da Polícia Militar Ambiental não são suficientes para atender o Estado inteiro, mas nós temos o policiamento de área. Uma viatura é responsável por cada rua que existe nos 645 municípios do estado de São Paulo.

Com relação ao trabalho preventivo: tem sido feito monitoramento via satélite. O crime ambiental é um crime que não prescreve. Eu consigo fazer análise dele, em uma planta desde 1960, 1970, eu consigo fazer análise dessa área. Então, aos degradadores que ainda insistem em degradar, saibam: estão sendo observados por satélite. Logo receberam uma visita nossa.

Então, a área de mananciais visa à proteção da água. Água é para que exista vida, e há a necessidade de que não exista essa figura do “nós” e do “eles”, como autoridades, sendo diferentes de “nós”. “Nós” é sociedade, eu sou “nós” também, eu bebo da mesma água. Aqueles que estão em cadeiras políticas, que foram eleitos pelo povo, bebem da mesma água. Então, somos todos “nós”. Não existe: “Eles não fazem!”, “Eles não agem!”, “Denuncia e a polícia não faz nada!”, “Crime organizado e a polícia não faz nada!”; eu acho interessante que nós abracemos a ideia do “nós”.

Compartilhemos essa legislação, porque na Billings está funcionando. Que a Guarapiranga siga o mesmo caminho, para que os operadores de campo tenham mais facilidade em poder estar atuando. Esse é o meu recado, gostaria de agradecer a oportunidade. Contem com a Polícia Militar, contem com a força pública do estado de São Paulo, contem com a Polícia Militar Ambiental. Estamos no comando interino, se precisarem, estou à disposição para denúncias e afins que quiserem falar com este policial. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE - CAIO FRANÇA - PSB** - Muito obrigado, tenente Perez, representando aqui a Polícia Militar Ambiental de São Paulo. Dando sequência às nossas inscrições, os últimos inscritos... No encerramento, o deputado Enio, antes, Sr. Mauro Scarpinatti, representando o Abraço Guarapiranga. O senhor tem o uso da palavra por cinco minutos.

**O SR. MAURO SCARPINATTI** - Obrigado, deputado Caio França, deputado Enio, deputado Luiz Fernando, deputado Adalberto, deputada Monica e deputado Dalben, que estiveram aqui também, eu acho que é importante a gente registrar. Se me permite,

deputado Caio, eu quero fazer um outro registro aqui fora do tema: lembrar que hoje é dia 11 de setembro e há 46 anos era deposto um governo democrático no país vizinho nosso, o Chile, o governo de Salvador Allende, que caiu em uma ditadura semelhante àquela que aconteceu aqui no Brasil. Eu faço questão de fazer esse registro, porque a Lei de Mananciais, a primeira Lei de Mananciais, da década de 1970, não teve discussão, exatamente porque nós vivíamos em um regime autoritário.

Este tipo de espaço, este tipo de reunião, por mais cansativa que seja para nós e para vocês, parlamentares, tem que ser preservada. É por isso que eu faço questão de vir aqui e fazer esse registro e também porque espalham-se pelas redes sociais por aí coisas como: “As soluções dos nossos problemas não viram pela democracia”, ao contrário, viram somente pela democracia e diálogos como esses daqui. Acho que é importante, por mais que essa questão pareça não ter ligação com a questão ambiental, ela está intimamente ligada com a questão ambiental, e dizer que a questão ambiental não é política é mentira, porque é política. Aliás, até levantar de manhã e dizer bom-dia para quem a gente encontra em casa ou na rua é um ato político. Portanto, pode não ser partidário, mas é político, e tem que ser registrado isso aqui, porque a gente vive em um tempo de demonização da política.

Dito isso, eu quero começar a falar sobre o PL. A primeira coisa é dizer que eu também tenho uma alegria muito grande de encontrar amigos aqui de longa data, como o Ricardo Araújo, que conheci aí há 30 anos já, Ricardo, não é? Mais ou menos isso. Estou denunciando aqui, lá em 1989, 1990, discutindo o Programa Guarapiranga, depois o Programa Mananciais e tantos outros aqui.

Mas, enfim, quero dizer que, primeiro, no meu entendimento, este Projeto de lei tem vício de origem. Ele não pode nascer, não deve nascer aqui na Assembleia Legislativa de São Paulo, tem que partir do Comitê de Bacias ou do Executivo. Começa por aí. Segundo: eu fico preocupado, porque a gente fica discutindo lei aqui quando aquilo que está acontecendo está totalmente à margem da lei. Foi dito aqui... E assim, tenente, com todo o respeito, eu tenho maior o respeito pela instituição Polícia Militar, mas assim, o que está acontecendo lá de ocupações é o crime organizado, sim, que está fazendo, e todo mundo sabe disso. Não é o caso, e tem que ser dito aqui, não é o caso do Jardim da União, não é o caso de movimentos por moradia, mas aquilo que a Maria dos Anjos colocou aqui em relação ao Vera Cruz, Horizonte Azul, é o crime organizado.

E agora, eu vou discutir lei? Esse povo não vai respeitar a lei, não respeita a lei, estão à margem da lei. Então, o problema não é discutir lei. É uma pena que o Ministério

Público não está aqui, porque o Ministério Público sabe disso, porque a instituição da qual eu faço parte denunciou inúmeras vezes, com imagens, com endereço... Só faltou botar o CPF e o RG de quem estava fazendo. Então, assim, sabem, e é o crime organizado que está fazendo.

Eu vou pegar o outro exemplo aqui: Itapecerica da Serra, tem gente de Itapecerica da Serra aqui. Lá tem um local conhecido como “Represa do Crispim”. Eu estive lá há alguns dias. Ao lado da estrada que dá para a Represa do Crispim tem um terreno grande, pertencente a Dersa, que ontem deixou desistir aqui nesta Casa, que está sendo loteado e vendido. Esse terreno é uma faixa de terra que sobrou da obra do Rodoanel, está sendo loteado e vendido. Os moradores queriam botar lá um parque. Então, isso tem que ser dito. E aí a gente vem discutir a alteração na lei, falar de lote de 125, enfim, quando a gente não aplica a própria lei que foi aprovada há 13 anos... Vamos aplicar a lei! Vamos aplicar a lei, vamos começar aplicando a lei que existe.

Eu não sou contra porque sou contra a alteração, eu sou contra a alteração da lei por uma única razão: é mais uma anistia, é mais uma anistia! E aí, usam-se as ocupações – as pessoas que ocupam essa região e ocupam essa região porque não têm outro lugar para morar, porque não tem política habitacional – e usam esse pessoal como bucha de canhão para resolver o problema, regularizar, e imediatamente vem a especulação imobiliária para expulsar, para ir para mais longe, porque aquela terra vai ficar valorizada. É esse o processo, é esse o processo.

Então, primeiro, se é para fazer uma discussão séria, vamos discutir a aplicação da lei, vamos discutir a fiscalização integrada, que está prevista na lei da Guarapiranga há 13 anos, 13 anos, e até hoje não foi feita. De novo, tenente, o senhor sabe – provavelmente sabe – que, durante anos, a prefeitura de São Paulo, junto com o Governo do Estado de São Paulo, sobrevoava com o helicóptero da Polícia Militar por toda aquela região pelo menos duas vezes por mês, observando onde é que havia novas ocupações para ir fazer o processo de fiscalização. Acabou isso! Não existe mais. Quando a gente aciona a Polícia Militar Ambiental: “Olha, o fato está acontecendo aqui”, até chegar “aqui”, a distância é tão grande, que não tem meios para chegar. Não tem estrutura suficiente para chegar e, se chega, muitas vezes já aconteceu. Não adianta dizer: “Olha... Ah, está bom, derrubou a árvore, ele vai ser...”, meu amigo, a árvore já caiu. E aí?

Então, eu acho que a primeira coisa que a gente tem que fazer, de novo, para finalizar, é aplicar a legislação atual, criar esquemas de pagamentos por serviços ambientais, para que os municípios daquela região tenham recursos, inclusive para

aplicarem na preservação, ou seja, tem que ter o pagamento dos serviços ambientais. A Assembleia Legislativa, o deputado Dalben falou aqui – e eu concluo agora, deputado –, o deputado Dalben disse aqui sobre a possibilidade de uma CPI, na verdade, sobre essas áreas. Seria extraordinário se fizessem, porque a gente ia tirar o tapete de cima da sujeira que está sendo acumulada há décadas. Podia, sim, antes de qualquer coisa, antes de seguir com o processo de qualquer legislação, vamos fazer uma CPI sobre as áreas de proteção aos mananciais. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE - CAIO FRANÇA - PSB** - Agradecer aqui o Sr. Mauro e, concluindo a lista de inscrições, Sra. Adriana Abelhão, presidente da entidade Preservar Itapeperica. A senhora tem a palavra por cinco minutos também, eu vou aqui monitorando.

**A SRA. ADRIANA ABELHÃO** - Boa tarde a todas, boa tarde a todos. Eu queria aqui, primeiramente, me referir a Sandra e a Maria dos Anjos pelas falas maravilhosas que fizeram aqui e dizer que, cada vez mais, nós do movimento ambientalista temos que ficar próximos dos movimentos sociais. Realmente, nós não queremos que isso fique uma bucha de canhão, porque nós estamos defendendo a mesma coisa. A preservação ambiental é a mesma intenção, é água para os nossos filhos, é alimentação de qualidade para os nossos filhos. A nossa bacia é muito importante mesmo para a nossa sobrevivência, então, Maria dos Anjos e Sandra, me solidarizo com vocês.

Eu queria falar um pouquinho sobre a questão do loteamento de 125 metros, é por isso que eu citei aqui Sandra e Maria dos Anjos. Uma preocupação muito grande que nós temos discutido é: qual é a data de corte? Porque não estamos certos sobre isso. É 2006 ou não? Vamos dar uma anistia de 14 anos, é isso? Ou nós vamos analisar cada situação? Quem tem realmente uma anterioridade, fotos aéreas, documentação de que realmente a ocupação foi feita antes de 2006, antes da lei, o.k., tem que ser feito mesmo das áreas ocupadas, adensadas. Mas, fora isso, fica muito complicado a gente fazer esse corte agora, 14 anos depois. Então, a gente está com essa preocupação muito grande, quero colocar isso aqui na Casa.

Uma outra coisa que eu gostaria de falar é que existe uma intenção dos empresários da região de exploração de água, baseada no estudo do IPT. Foi colocado isso na última reunião do Conisud da região e eu estou aqui com uma análise do Comitê de Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape, litoral sul. Relatório de situação dos recursos

hídricos, que inclui São Lourenço da Serra, Itapecerica da Serra, Embu-Guaçu, Juquitiba, São Lourenço, e que fala realmente dessa riqueza de extração de água mineral que nós temos; mas esse relatório também fala da pouca produtividade que nós temos nos postos dessa região. Então, não é só uma preocupação social, é também econômica para toda a região, porque essa água some completamente, com o desmatamento. Acaba com a água da população, acaba com os recursos também do Município. Então é muito sério isso também.

E também estou trazendo esse relatório aqui porque o Projeto de lei aventa a possibilidade de não ter mais o parecer do Comitê de Bacias. Como assim? Como assim? Como é que nós vamos permitir uma coisa dessas? O comitê é feito da população, de todos nós, e tem que ter cada vez mais a participação dos movimentos sociais e dos ambientalistas, também, muito presente. E eu queria falar também aqui, agora, um recado para todos vocês, mas em particular para o tenente Perez: eu desafio vocês a darem uma passadinha no Cemucam, no posto da Polícia Ambiental, para visitar lá o posto que atende Itapecerica da Serra, Embu das Artes, Embu-Guaçu, São Lourenço, toda a nossa bacia, para vocês verem a situação. Janelas quebradas, paredes descascadas, não tem telefone fixo, uma única viatura, policiais militares concertando lâmpadas. É esse o tratamento que a gente está dando para a nossa bacia? É isso?

Com todo o respeito à Polícia Ambiental, com quem nós estamos diariamente em contato, porque recebemos, como a SEAE colocou aqui, nossa parceira de Embu das Artes, todos os dias denúncias, denúncias e denúncias de desmatamento e de esgoto correndo para todo lado. É assim que a gente vai cuidar da nossa bacia? A gente vai mexer com a lei e vai deixar isso desse jeito? Então, Sandra e Maria dos Anjos, estamos juntos, mas não vamos aceitar o crime organizado não, isso não podemos aceitar, de jeito nenhum. Então, esse aqui é o meu recado para que a gente possa continuar essa discussão ainda mais, porque em Itapecerica da Serra foi uma discussão pequena. O auditório estava cheio, sim, de comissionados e funcionários da Prefeitura. A população não foi avisada a contento, então, acho que essa discussão tem que continuar sim, muito mais.

Quero apoiar aqui as palavras de Mauro Scarpinatti, de Cesar Pegoraro e de Rodolfo, da SEAE, nossos parceiros aí nessa luta, nessa luta grande pela defesa da Guarapiranga, e quero dizer mais uma vez: nossos municípios não são lata de lixo. Nós não somos depósito de resíduos e de entulho dos municípios vizinhos. Nós não vamos aceitar isso. Esse é o meu recado, muito obrigada, boa tarde.

**O SR. PRESIDENTE - CAIO FRANÇA - PSB** - Bom, agradecer a Sra. Adriana Abelhão, agradecer a todos que fizeram uso da palavra ou que estiveram presentes aqui nesta audiência. Quero passar a palavra ao deputado Enio Tatto, que foi autor do requerimento que originou não só essa, mas a audiência pública ocorrida em Itapecerica da Serra, que contou com a presença de autoridades, de moradores e de diversas entidades também representativas. Então, para concluir a nossa audiência aqui, deputado Enio Tatto.

**O SR. ENIO LULA TATTO - PT** - Obrigado. Boa tarde a todos vocês. Agradecer a presença, mas agradecer de forma especial ao Caio, que está presidindo, o presidente da Comissão de Meio Ambiente, e junto com ele todos os membros da Comissão de Meio Ambiente, que eu faço questão de colocar aqui: Adalberto Freitas, do PSL, que estava aqui; Luiz Fernando Teixeira, do PT, estava aqui também; A Márcia, que estava aqui também, a Márcia Lia, justificou, do PT também; o próprio Caio França, que é do PSB; o Carlão Pignatari, do PSDB; o Dirceu Dalben, do PL; o Sebastião Santos, do Republicanos; Bruno Ganem, do Podemos; a Monica da Bancada Ativista, que participou também, do PSOL; o Léo Oliveira, do MDB; e o Reinaldo Alguz, que participou também, do PV.

Agradecer por quê? Porque quando a gente faz um requerimento e a gente manda para a Comissão, eles aprovam ou não. E, por unanimidade – o Caio colocou em votação na Comissão –, a gente conseguiu salvar essas duas audiências públicas. Estou vendo aqui as pessoas reclamarem, com razão, de falta de divulgação, de falta de discussão, reclamando do horário. Por isso a gente fez uma nesse horário, no horário da Comissão e outra às 18 horas lá em Itapecerica, mas é isso o que a gente pode fazer. Quanto à lei específica do Guarapiranga, nós fizemos três audiências públicas, também propostas por este deputado. A gente fez uma no CEU lá do Grajaú, fizemos em Itapecerica da Serra e outra aqui na Assembleia Legislativa, o que é possível fazer.

Agora, vocês imaginem se um projeto desse tramita aqui na Casa e é aprovado apenas com um detalhe: determinados grupos de pessoas vêm aqui, conversam com o deputado, já trazem o Projeto pronto e o Projeto anda e não tem essa discussão aqui. Vocês viram as riquezas de opiniões? As dificuldades que cada setor colocou? Senti falta aqui do pessoal da Associação Comercial, por exemplo, dos comerciantes que atuaram, participaram bastante lá em Itapecerica e não estavam aqui presentes. Para a gente ouvir todos os lados, gente! E não adianta, se alguém quiser colocar algum jabuti chamado

jabuti aqui para passar essa lei na calada da noite, não vai ser aqui na Assembleia Legislativa. Não vai passar. Vai ter que ter discussão e vai ter que agradar a todo mundo. Ou pelo menos agradar em parte todo mundo. Não vai passar favorecendo a determinado setor.

A gente levanta aqui um monte de problemas, acho que todo mundo tem razão, mas qual é o grande problema? O problema é moradia! As pessoas estão morando naquela região – e eu moro há 40 anos lá – e foram para lá por quê? Por falta de moradia. É verdade quando colocaram aqui, Caio, que a pessoa não pega um ônibus duas horas, três horas de manhã e mais três à tarde para morar naquele lugar porque quer. Eles foram para lá por falta de moradia. Se houvesse programas habitacionais na década de 1970, na década de 1980, na década de 1990, a gente não estaria com tanto problema assim. Agora, o “Minha Casa Minha Vida” veio quando? Veio depois de 2000.

E se eu perguntar para vocês hoje – governo municipal, governo estadual e governo nacional, federal – “quantas casas estão sendo construídas na região com qualquer programa de um dos três?”, vocês vão falar “Nenhuma! Parou tudo!”. Então, Cesar, nós estamos discutindo hoje... Essa lei, se for aprovada, não tem jeito! Daqui cinco anos, daqui dez anos, a gente vai estar discutindo aqui com mais intensidade, porque vai piorar a situação. Ou vocês vão achar que as pessoas que não têm aluguel vão fazer o quê? Ou vão morar em baixo da ponte ou vão ocupar os prédios na cidade, no centro da cidade, ou vão ocupar novamente a região.

Agora, o mais incrível que está acontecendo é o seguinte: enquanto é movimento social, pessoas que precisam de moradia popular – como os nossos amigos do Jardim da União e outros movimentos lá que eu conheço todos –, tudo bem, vem participar de audiência pública, vai na Secretaria de Habitação do Estado, da Prefeitura, vai nas prefeituras, vai no Estado. Agora, o que está acontecendo lá são pessoas que não participam de nada, não vou em lugar nenhum, por quê? Porque não é movimento social, é crime organizado. E aí falta o quê? Falta fiscalização! Cadê a Prefeitura? Cadê o Estado? É mais fácil acabar e derrubar um restaurante lá na Atlântica, que faz 40 anos que está lá, do que ir lá tirar uma ocupação do crime organizado, fiscalizar.

É isso o que está acontecendo. As estruturas que foram criadas, desde a época da Erundina, deputado Caio França – foi criada a SOS Mananciais, está funcionando? Os comitês estão funcionando? A polícia do nosso querido... Que faz um esforço danado, mas não está funcionando, não fiscaliza. E hoje lá há inúmeras... Dá para contar se tem duas ou três ocupações lá que são de movimento social, o resto é tudo abandonado, tudo

crime organizado que está loteando, vendendo, explorando os moradores. Se o cara atrasa uma parcela é retirado, é mandado embora, é expulso! É isso o que está acontecendo.

Agora, o que vão fazer com isso aqui? Há 30 anos atrás a gente ouvia falar, lá no Gaiivota – no Cantinho do Céu, Jardim Auri Verde, onde o Ceará e o Félix moram –, o pessoal ocupou, porque não tinha casa. Aí vem o discurso: “Tem que tirar todo mundo”; como é que você vai tirar 300, 400, 500 mil pessoas de um local? E ficou batendo no martelo: “Tem que tirar, tem que tirar”, mas tem que tirar como? Vai por onde? Aí, aprovamos a lei específica da Guarapiranga, começamos a mudar o discurso: “Vamos levar infraestrutura, é uma forma de você preservar. Vamos levar água, vamos levar luz, e construir infraestrutura, esgoto”; agora, quem é que falha? É o Estado. É o Estado. O nosso amigo da Sabesp está aqui. Agora, faz 30, 40 anos que a gente fala que tem que coletar o esgoto. Que tem que tratar. E as coisas não andam. Andam devagar. Quando coleta o esgoto, o que faz? Não trata. Joga de novo no córrego. O córrego vai para onde? Vai para a represa. A maior poluidora, hoje, das nossas represas não é a população, é a própria Sabesp. Essa é a verdade.

Então, o que eu acho: tem que levar infraestrutura onde realmente dá para morar, regularizar e ter fiscalização, não deixar mais acontecer, caso contrário, daqui a três ou quatro anos nós vamos estar todo mundo aqui discutindo para regularizar outros locais que vão ser ocupados. Vai ser ocupado! Não adianta, é dar murro em ponta de faca. E cobrar as autoridades pela fiscalização. O PSDB está no Governo há quantos anos? Vai fazer 30 anos. A Sabesp não conseguiu resolver esse problema da região, da área de proteção ambiental? A Cetesb o que faz? A Secretaria do Meio Ambiente? Nem aqui participando, praticamente, não está. Foi convidado o secretário. O atual ministro do Meio Ambiente é o Ricardo Salles, aquele que falou que o meu irmão, Nilto, é grileiro da região. É isso, esse é o discurso deles antes de resolver o problema.

Então, queria falar para vocês que nós vamos discutir, como o deputado Luiz Fernando falou, em uma bancada. Nós vamos discutir na bancada a posição da bancada. Eu sou favorável, sim, que onde é possível, que a lei permita, de regularizar aquilo que for possível. O que melhorou na lei do Alto Tietê, da Billings, que for possível adaptar a gente adaptar, sim, porque as pessoas que moram lá, os movimentos que estão ali, eles precisam resolver os problemas. Não adianta fazer um discurso revolucionário, para a pessoa que mora lá, que está lá, que a família está lá, é complicado.

Aí tem a questão da metragem, aqui. Ou é 125, outra proposta de 90. Gente, quem mora lá, Caio, você conhece – o Caio é de São Vicente e ele tem os mesmos problemas



lá –, o que acontece hoje? A família compra um terreninho, constrói – uma dificuldade enorme – aí, o primeiro filho casa, ele constrói onde? Ali! Aí o outro casa, constrói onde? No mesmo lugar. Tem locais que tem quatro, cinco famílias morando uma em cima da outra. Quantos metros é para regularizar aqui? Essa discussão a gente tem que fazer em cima da realidade, daquilo que realmente tem no dia a dia? Eu sempre faço esse discurso: tem que regularizar, tem que construir casa popular. Agora, a prioridade que a gente não pode esquecer, em primeiro lugar, é a questão ambiental realmente. A questão da água.

E lá é um... Guarapiranga fornece, pelo menos, 30% da água da capital. De todos os municípios e da capital. Quando teve o problema da Cantareira, aonde foram buscar água? Foram buscar na Guarapiranga. Então, a gente não pode esquecer dessa questão de preservar. Agora, onde está adensado, onde é fato concreto, consumado, tem que levar a urbanização para a gente preservar e fiscalizar. Falaram aqui: “Tem que tirar um raio X”, há 20, 30 anos a gente falava: “Vamos tirar um raio X do que tem e não deixar mais acontecer nada”; mas para isso, junto com isso, tem que ter um programa habitacional, porque senão as pessoas vão continuar indo para lá.

Com esse desemprego danado, falta de renda, as pessoas vão cada vez mais para o fundão, cada vez mais para o fundão. O meu irmão vereador, Arselino Tatto, está brigando por uma torre de sinal lá em Vargem Grande. Aí proibiram, não querem construir a torre lá, porque lá é Área de Proteção Ambiental. Tem dez... Dez igrejas evangélicas, tem três igrejas católicas, tem cinco ou seis creches, tem três ou quatro colégios estaduais, tem delegacia, tem supermercado, tem até um presídio, e não pode por uma torre lá para o pessoal ter sinal para se comunicar. Percebe que é você discutir fora da realidade daquilo que acontece no dia a dia das pessoas?

Então, parar de fazer discurso muito... Achando que não tem gente e achando que as coisas se resolvem de uma hora para a outra. Então, gente, vai discutir. Caio, obrigado realmente, acho que é bom acontecer isso. Teve crítica aí, eu ouvi falar, me falaram, Carlão, que tem gente que falou: “Esse Projeto estava andando bem, de repente inventaram umas audiências públicas e está começando a complicar”, enquanto eu for deputado aqui vai complicar, sim, mas não vai passar nada sem discussão. Assim como aconteceu com a lei específica da Guarapiranga, que ficou engavetada durante dez anos na Comissão de Meio Ambiente e a gente desenterrou, e o pouco que tem de bom que foi aprovado foi graças a audiências públicas e à participação de toda a sociedade civil organizada. Muito obrigado, Caio, mais uma vez obrigado à Comissão de Meio Ambiente.

**O SR. PRESIDENTE - CAIO FRANÇA - PSB** - Bom, quero agradecer e parabenizar aqui o nosso amigo, deputado Enio, como dito, autor dos requerimentos que originaram as audiências públicas, que eu considero fundamentais em projetos tão complexos como esse. Faz parte da Assembleia, sim, o debate, ouvir as pessoas, todos os envolvidos. Então, Enio, nosso agradecimento a você também por enriquecer ainda mais esse Projeto. Só para esclarecimento, o Projeto deverá ser pautado já na próxima reunião da Comissão novamente. Passado pela Comissão de Meio Ambiente, somente Comissão de Finanças e Orçamento ainda, Enio. Então ainda tem tempo de, de repente, aprimorar e, claro, depois o Plenário, onde o debate é mais profundo.

Quero agradecer a todos os deputados que participaram aqui desta atividade, agradecer aos representantes da Sabesp, da Cetesb, da Secretaria, da polícia, que estiveram aqui presentes, da Defensoria Pública, em especial aos moradores, movimentos de moradia, movimentos ligados à proteção ambiental, entre outros. Se quiserem participar, as reuniões da Comissão de Meio Ambiente são todas as quartas-feiras, às 13 horas, portanto, é muito possível que a gente paute esse Projeto novamente na próxima reunião, já com a possibilidade de ele ser aprovado.

Portanto, fica aqui também o convite para que todos possam participar dessa reunião. Nós teremos... Eu peço só para o Carlão, que fez uma apresentação – se puder – , deixar uma cópia dessa apresentação. Como outros deputados me pediram aqui a cópia, se for possível, se o senhor puder depois deixar, a gente faz rapidamente aí a transferência para um pen drive e passa para os outros deputados também. Não havendo mais nada a tratar, agradecendo a Deus, declaro encerrada a presente audiência pública. Muito obrigado pela presença de todos.

\* \* \*

- É encerrada a reunião.

\* \* \*